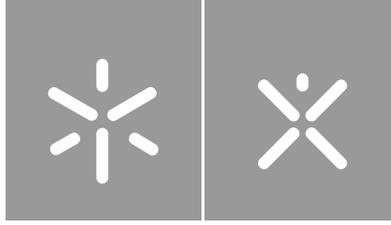




Universidade do Minho
Instituto de Educação

Carla Adriana Ribeiro de Oliveira

**A Interculturalidade Nos Manuais De
Língua Portuguesa No 3º Ciclo Do Ensino
Básico Em Portugal - Uma Realidade?**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Carla Adriana Ribeiro de Oliveira

**A Interculturalidade nos Manuais De
Língua Portuguesa No 3ºCiclo Do Ensino
Básico Em Portugal - Uma Realidade?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção
Psicossocial com Crianças e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da
Doutora Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira

Abril de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório UM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-NãoComercial-Compartilhaigual
CC BY-NC-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

[Esta licença permite que outros remisturem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que lhe atribuam a si o devido crédito e que licenciem as novas criações ao abrigo de termos idênticos.]

Agradecimentos

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por sempre me guardar e me dar sabedoria para enfrentar todas as situações da vida e realizar meus sonhos. Sem Ele, nada disso seria possível.

Gostaria também de agradecer à minha mãe, Adriana, e ao meu pai, Wesley, por todo o apoio e dedicação em me ajudar a realizar mais essa conquista. Essa vitória não é só minha, mas também deles, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu marido, Tiago, quero agradecer por todo o incentivo, apoio e paciência durante todo o processo de pesquisa e escrita. Sei que não foi fácil lidar comigo reclamando o tempo todo, mas você esteve lá, me apoiando e me incentivando em cada etapa.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Maria Teresa Jacinto Sarmiento Pereira, por toda a competência e profissionalismo demonstrados em sua orientação. Sua ajuda foi fundamental para que eu pudesse superar as dificuldades encontradas ao longo do caminho.

A minha família portuguesa e brasileira também merece uma menção especial. Obrigada por sempre me apoiarem e incentivarem.

E também gostaria de agradecer às minhas amigas que Portugal me presenteou: Fernanda Cruz, Fernanda Mendes e Beatriz Judicibus. Vocês foram essenciais em momentos de descontração, que foram tão importantes para me manter calma e focada durante a escrita.

Não posso deixar de expressar minha gratidão aos meus amigos Camila e Paulo Jorge, cuja contribuição foi crucial para a conclusão deste trabalho nos últimos meses, mesmo que eles não soubessem disso.

E, é claro, um agradecimento especial para a minha amiga Paloma Feitosa, que mesmo estando a milhares de quilômetros de distância, sempre me apoiou e torceu por mim em cada conquista minha. Sua amizade é um presente que eu guardo com muito carinho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A Interculturalidade nos Manuais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico em Portugal - Uma Realidade?

Resumo

Nesta dissertação, buscamos responder à questão: "A Interculturalidade nos Manuais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico em Portugal - Uma Realidade?". Para isso, definimos conceitos importantes, tais como migração (Barreto, 2005; Peixoto, 2007), modelo multicultural de integração de imigrantes (Marques, 2003; Blanc-Noel, 2009), políticas de integração de imigrantes em Portugal, língua (Matheus, 2001) e cultura (Sardinha e Machado, 2013), entre outros tópicos relevantes para a pesquisa.

A educação intercultural foi um dos conceitos-chave para alcançar a resposta à nossa questão de estudo, juntamente com as Estratégias Nacional de Educação para a Cidadania e as Aprendizagens Essenciais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo em Portugal.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizamos manuais escolares utilizados no 3.º Ciclo do Ensino Básico em Portugal para análise, considerando alguns pontos importantes para análise e também a análise de questionários aplicados a professores de Língua Portuguesa do 3.º Ciclo.

Acreditamos que, devido ao grande número de imigrantes falantes da língua portuguesa em Portugal, especialmente brasileiros, este trabalho poderá contribuir para identificar o que ainda precisa ser feito para que as escolas e professores estejam ainda mais preparados para integrar esses alunos em sala de aula. Esperamos que esta pesquisa possa fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas para a integração de imigrantes na sociedade portuguesa e para a promoção de uma educação intercultural mais inclusiva e equitativa.

Palavras- chave: Imigração; Educação Intercultural; Língua Portuguesa; Integração; Manuais Escolares; Educação para cidadania.

Interculturality in Portuguese Language Manuals in the 3rd Cycle of Basic Education in Portugal - Is it a reality?

Abstract

In this dissertation, we seek to answer the question: "Interculturality in Portuguese Language Manuals in the 3rd Cycle of Basic Education in Portugal - Is it a reality?" To do so, we defined important concepts such as migration (Barreto, 2005; Peixoto, 2007), multicultural model for immigrant integration (Marques, 2003; Blanc-Noel, 2009), immigrant integration policies in Portugal, language (Matheus, 2001), and culture (Sardinha and Machado, 2013), among other relevant topics for the research.

Intercultural education was one of the key concepts to achieve the answer to our research question, along with the National Strategies for Citizenship Education and the Essential Learning Outcomes for Portuguese Language in the 3rd Cycle in Portugal.

Through a qualitative research approach, we used school textbooks used in the 3rd Cycle of Basic Education in Portugal for analysis, considering some important points for analysis, as well as the analysis of questionnaires applied to Portuguese Language teachers in the 3rd Cycle.

We believe that due to the large number of Portuguese-speaking immigrants in Portugal, especially Brazilians, this work may contribute to identifying what still needs to be done so that schools and teachers are even more prepared to integrate these students in the classroom. We hope that this research can provide support for the development of more effective public policies for the integration of immigrants in Portuguese society and for the promotion of a more inclusive and equitable intercultural education.

Keywords: Immigration; Intercultural Education; Portuguese Language; Integration; School Textbooks; Citizenship Education.

Índice

Resumo	v
Abstract	vi
1.Introdução	1
2.Conteúdo e Organização do trabalho – Metodologia.....	4
3.Enquadramento Teórico	5
3.1Definição de Integração	5
3.2Modelo multicultural	6
3.3Política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal	7
3.4Políticas de inclusão social.....	9
4.Migração.....	10
4.1Imigrante e Emigrante.....	14
5.Cultura e Língua.....	15
6.Educação Intercultural	20
6.1Educação Intercultural em Portugal.....	28
6.2Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e as Aprendizagens Essenciais	29
6.3Aprendizagens Essenciais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo em Portugal.....	30
6.4Manuais Escolares.....	33
7.Enquadramento geral do estudo	36
7.1Problemática e objeto de estudo.....	36
7.2Motivação e objetivos do estudo.....	37
8.Modelo Utilizado, Técnicas e Instrumentos, Identificação Dos Participantes	38
8.1Natureza da Investigação	39
8.2Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	39
8.3Questionários.....	40
8.4Identificação dos Participantes.....	42
9.Análise dos questionários destinado aos professores de Língua Portuguesa do 3.º Ciclo e dos Manuais Escolares	42
9.1Análise dos Manuais Escolares	42
9.2 Analisando as respostas	47
10.Considerações Finais.....	64
11.Referências Bibliográficas.....	71
Apêndice 1.....	84
Anexos 1	85
Anexos 2	86
Anexo 3	87

Anexo 4	88
Anexo 5	89

“Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos que a falam” Ivo Castro, 2001

1.Introdução

A imigração de brasileiros para Portugal tem sido um fenômeno crescente nos últimos anos. Muitos brasileiros têm escolhido Portugal como destino por diversas razões, como a busca por melhores oportunidades de emprego, estudos, qualidade de vida, segurança e outros fatores. Essa imigração tem trazido consigo muitos desafios, especialmente no que diz respeito à integração desses imigrantes na sociedade portuguesa, em especial nas escolas.

A integração de crianças brasileiras nas escolas em Portugal é um assunto que tem recebido atenção especial nos últimos anos, uma vez que o número de estudantes brasileiros matriculados nas escolas portuguesas tem aumentado significativamente. Embora as escolas portuguesas tenham políticas de inclusão e integração de alunos estrangeiros, ainda há muitos desafios a serem superados.

Um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes brasileiros nas escolas portuguesas é a barreira linguística. Embora o português seja a língua oficial em ambos os países, há diferenças significativas entre a variante brasileira e a portuguesa, o que pode dificultar a comunicação e o entendimento entre professores e alunos.

Outro desafio é o choque cultural. Os costumes, hábitos e tradições em Portugal podem ser bastante diferentes do que os estudantes brasileiros estão acostumados, o que pode gerar estranhamento e dificuldade de adaptação.

No entanto, a integração de brasileiros nas escolas portuguesas tem sido um esforço conjunto entre o governo, as escolas e as famílias. As escolas têm implementado políticas de inclusão, como aulas de português para alunos estrangeiros, acompanhamento psicológico e pedagógico, e outras medidas para garantir que os estudantes brasileiros tenham o suporte necessário para se integrar e obter sucesso escolar. Além disso, as famílias brasileiras também têm desempenhado um papel importante, apoiando seus filhos e participando ativamente da vida escolar.

Em resumo, a imigração de brasileiros para Portugal e sua integração nas escolas é um desafio que tem sido enfrentado por todos os envolvidos. Embora haja muitos desafios a serem superados, há também muitos esforços e medidas que estão sendo aplicados para garantir que os estudantes brasileiros tenham uma experiência positiva e enriquecedora nas escolas portuguesas.

A Educação Intercultural é uma abordagem pedagógica que valoriza a diversidade cultural e busca promover a compreensão e o respeito mútuo entre diferentes grupos étnicos e culturais. Em Portugal, a Educação Intercultural é uma área de intervenção prioritária na política educativa, visando garantir uma educação para a cidadania que promova a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, criada em 2017, é um documento orientador para a promoção da cidadania e da inclusão em Portugal. Esta estratégia enfatiza a importância da Educação Intercultural na formação dos estudantes, de forma a desenvolver competências para a compreensão e o diálogo intercultural.

As Aprendizagens Essenciais são um conjunto de competências, conhecimentos e valores que devem ser adquiridos pelos estudantes em cada disciplina, de acordo com as metas definidas pelo Ministério da Educação. As Aprendizagens Essenciais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo em Portugal incluem o desenvolvimento da competência comunicativa, da leitura e da escrita, bem como a valorização da diversidade cultural e da língua portuguesa como língua de comunicação internacional.

A Política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal visa promover a inclusão social e o reconhecimento dos direitos dos imigrantes no país. Esta política inclui medidas como a simplificação dos processos de regularização e a promoção da integração laboral e cultural dos imigrantes. As Políticas de inclusão social dos imigrantes em Portugal visam promover a igualdade de oportunidades e a coesão social. Estas políticas incluem medidas de combate à discriminação e ao racismo, bem como de promoção da participação cívica e do diálogo intercultural.

A Migração, Cultura e Língua são temas interligados, uma vez que a migração pode envolver a movimentação de pessoas com diferentes culturas e línguas. A Educação Intercultural visa promover a valorização da diversidade cultural e linguística, contribuindo para o diálogo intercultural e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os Manuais Escolares são recursos pedagógicos essenciais para a Educação Intercultural, uma vez que devem promover a valorização da diversidade cultural e linguística, bem como a compreensão e o respeito mútuo entre diferentes grupos étnicos e culturais. Em

Portugal, os manuais escolares são objeto de supervisão e avaliação pelo Ministério da Educação, visando garantir a sua qualidade e adequação aos objetivos educativos definidos.

Dessa forma é através dos manuais escolares que buscamos perceber se já é uma realidade a educação intercultural em Portugal no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

2. Conteúdo e Organização do trabalho – Metodologia

Este trabalho é dividido em 3 (três) partes.

Na primeira parte encontra-se o enquadramento teórico, onde defino conceitos chave para o desenvolvimento do trabalho, a partir de diversos autores que já pesquisaram o tema em questão.

Na segunda parte, descrevo a minha escolha, o objetivo do trabalho, o problema que aborda, minhas motivações e objetivos, bem como sua estrutura organizativa.

Já a terceira parte é dedicada à análise dos manuais de Língua Portuguesa utilizados no ano letivo de 2022/20223 no 3.º Ciclo, em Portugal, em escolas do distrito de Aveiro, a partir da grelha e também da análise dos questionários que foram respondidos pelos professores de Língua Portuguesa do 3.º Ciclo.

Optei por entrevistar professores do 3.º Ciclo para desenvolver este estudo porque é onde mais tenho experiências em sala de aula e penso que esses professores têm informações relevantes para o trabalho.

A população-alvo do estudo é, então, constituída por professores de Língua Portuguesa do 3.º Ciclo no Distrito de Aveiro, em Portugal.

O estudo empregou uma abordagem qualitativa, onde os professores responderam a um questionário com 13 perguntas. O questionário é constituído por um conjunto de questões que permitem compreender se os professores estão a par de como é feita a escolha do manual, se o governo Português dá ferramentas para que os professores se qualifiquem a respeito da interculturalidade, se já na formação base do mesmo eles tiveram esse tema abordado, se existem alunos brasileiros em suas salas, como eles lidam com a variante brasileira de Língua Portuguesa e suas opiniões sobre essa variante.

Devido à greve que teve início em dezembro de 2022 e até o momento da escrita não foi encerrada, os questionários foram aplicados por meio digital, com o suporte dos formulários do google, com uma pergunta de múltipla escolha e as outras 12 abertas.

3. Enquadramento Teórico

3.1 Definição de Integração

Não há consenso em relação à definição de integração; esta frequentemente é usada de forma equivocada no discurso político. Em linhas gerais, pode-se dizer que a integração se refere a políticas e iniciativas que visam promover a coesão social por meio da semelhança das condições de vida de todos os moradores; simultaneamente, procura reforçar a sua identificação com a comunidade política, nomeadamente através do desenvolvimento de laços de unidade e da partilha de princípios e práticas por todos (Costa, 2015 p.56).

Podemos definir a integração como “o processo de incorporar imigrantes e minorias étnicas na vida económica, social e política do país de acolhimento.” (Boswell, citado em Regout, 2003, p.9).

Segundo esse autor, esses aspectos cotidianos dizem respeito às dimensões socioeconómica, cultural e política da integração. Como afirma, Regout (2011 p.9) reconhece que a dimensão socioeconómica está ligada ao acesso à moradia, assistência social, educação, emprego e serviços. Quanto à dimensão cultural, defende-se como aberta à interpretação e discussão e implica que os imigrantes compreendam a língua local e os valores da sociedade onde querem se integrar. Por fim, o mesmo autor sugere que a dimensão política e jurídica diz respeito à concessão de direitos políticos, ou seja, o direito de votar, ser eleito ou ter acesso ao emprego público.

A Comissão Europeia e a OCDE (2003 p.4) descrevem a integração num sentido mais geral, ou seja, como um processo através do qual as pessoas que migraram recentemente para um país se tornam membros da sociedade local.

Vista de uma perspectiva ampla, a integração refere-se a uma característica de um sistema social, como uma sociedade (Entzinger & Biezeveld, 2003). De acordo com os mesmos autores, também se pode entender a integração na perspectiva de grupos ou indivíduos.

A integração dos jovens imigrantes ainda é uma experiência relativamente nova (Hortas, 2013), e representa um desafio para o sistema educativo português.

Como já referido anteriormente, existem vários modelos de integração, tendo cada país decidido adotar um modelo que melhor achou que se adaptaria à sua realidade.

Dessa forma iremos falar sobre o modelo multicultural que é utilizado para integrar os imigrantes, mas sem os forçar a esquecer suas origens.

3.2 Modelo multicultural

O país que mais chamou a atenção pelo uso do modelo multicultural é a Suécia, que o Mipex¹ classifica como um dos melhores instrumentos de apoio em termos de políticas de integração.

Semelhante a Portugal, a Suécia era até 1970 apenas uma nação impulsionada pela imigração. No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreram as primeiras mudanças em relação à imigração, que começou a receber muitos refugiados dos países bálticos e nórdicos, bem como da Alemanha. Foi apenas a partir de 1970 que começou a acolher imigrantes de países que não eram europeus, principalmente os que fugiam das guerras em seus países.

Os modelos de assimilação ainda estavam em vigor na Suécia até 1970, mas a emenda constitucional de 1974 acabou substituindo-as por políticas de integração multicultural (Blanc-Noel, 2009).

Segundo alguns autores, a decisão de adotar esse novo modelo foi baseada em três princípios: igualdade, liberdade de escolha e cooperação (Marques, 2003; Blanc-Noel, 2009).

O primeiro deu aos imigrantes os mesmos direitos, obrigações e oportunidades que os cidadãos suecos usufruem. A segunda daria aos imigrantes a opção de manter sua língua e cultura nativas ou adaptar - se à de seu novo lar. O terceiro e último princípio defende a existência de uma cooperação entre os imigrantes e os cidadãos suecos, conferindo aos primeiros a oportunidade de participarem do desenvolvimento da sociedade.

Portugal, há muito considerado como um local de transição e interação entre povos e culturas, nomeadamente durante a descolonização dos anos 1970 e também nos anos 1990, passou a ser um país para onde muitas pessoas dos PALOP e também do Brasil decidiram imigrar, verificando-se o mesmo com povos dos países do Leste Europeu, nos primeiros anos do século XXI (Gil, 2008).

Devido a este fluxo significativo de imigrantes de muitos países e culturas, Portugal, atualmente, tem uma enorme diversidade cultural. Como resultado, é preciso haver

¹ O MIPEX é um guia sueco de referência e uma ferramenta interativa para avaliar, comparar e melhorar as políticas de integração.

compreensão e respeito mútuo pelo que é diferente para que as pessoas vivam em harmonia em uma sociedade que valoriza a diversidade cultural. (Pedro et al . 2007) .

Como resultado, pelo mesmo motivo, discute-se também o interculturalismo, tendo sido adotado pelo referido Alto Comissariado Para A Imigração E Diálogo Intercultural (ACIDI), o Instituto Público responsável pela Integração dos Imigrantes, que reconhece a importância da promoção da interculturalidade como pedra angular da política de imigração portuguesa (ACIDI, 2007).

O processo no qual muitas culturas interagem umas com as outras enquanto se respeitam mutuamente é referido como interculturalidade. Em outras palavras, a interculturalidade é determinada quando há uma relação de interação entre indivíduos de diversas origens culturais e sociais.

Essa abordagem é caracterizada por uma “estratégia de convívio”, que tenta mitigar ou mesmo acabar com os conflitos que são inevitáveis quando pessoas de diferentes origens culturais coexistem na mesma sociedade (Gil, 2008).

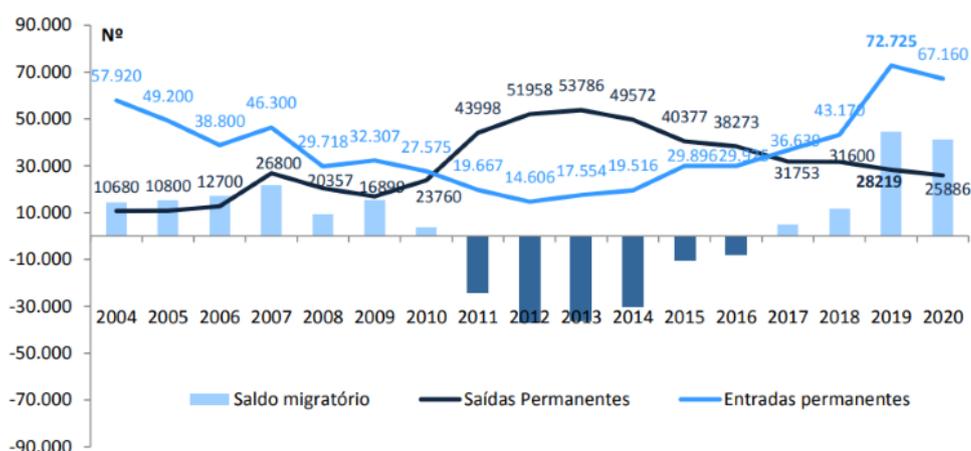
As pessoas que vivem em um país que adere a esse modelo têm a chance de conviver pacificamente em uma sociedade multiétnica e de contribuir positivamente para tornar a sociedade mais justa e solidária. É um modelo que visa erradicar a exclusão social promovendo a justiça, a igualdade, a cooperação e o respeito ao diferente; permite que outros indivíduos tenham uma vida mais rica em relação aos valores e conhecimentos culturais (Sedano, 2000; Gil, 2008).

Além disso, de acordo com Gil (2008 p.43), a ação intercultural é baseada nos seguintes princípios: “no inabalável primado da dignidade humana; no reconhecimento das diferenças culturais e no respeito dos direitos culturais, sociais, políticos e religiosos das comunidades; no respeito pela ordem jurídica e na tolerância como forma central de convivialidade”.

3.3 Política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal

Após um período prolongado de ser uma nação impulsionada pela emigração, Portugal transformou-se numa nação acolhedora de imigrantes. Portanto, diante dessa nova realidade, o governo vê a si mesmo como tendo que desenvolver uma política de imigração coerente, que acolha e integre os recém-chegados (Marques et al. 2007).

Tabela 1: Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) permanente de Portugal, e saldo migratório, entre 2004 e 2020



Fonte: Indicadores de Integração de Migrantes: Relatório Estatístico Anual 2021, p.29 – Alto Comissariado para as Migrações com dados do INE.

Desta forma, esta política de acolhimento e integração pretende dar resposta aos desafios com que a sociedade portuguesa lida devido ao grande número que vem recebendo a cada ano; com isso foram criados por programas e instituições públicas de apoio aos imigrantes sete princípios orientadores para serem seguidos durante o acolhimento e integração (Marques et al. 2007).

Como resultado, a Igualdade é o primeiro princípio orientador. Este princípio estabelece que os estrangeiros devem ter os mesmos direitos e obrigações que os cidadãos nativos, com exceção de alguns direitos políticos.

O segundo princípio, escolhido entre programas e ações destinadas a receber adequadamente os imigrantes, é a Hospitalidade. Este princípio é crucial porque, especialmente para os imigrantes recém-chegados, a igualdade nem sempre é suficiente.

O terceiro princípio é o da Cidadania, que estabelece que um imigrante, apesar de não ser cidadão do país, não deixa de ser um cidadão de plenos direitos.

A Corresponsabilidade e Participação, respectivamente, correspondem ao quarto e quinto princípios. Argumenta-se que somente respeitando o princípio da plena participação cultural e política, tanto dos nativos como dos imigrantes, é que se pode construir uma sociedade inclusiva. Desta forma, espera-se que os imigrantes sejam corresponsáveis pelo bem comum, além de serem participantes e que contribuam para a solução na política de imigração.

O sexto princípio enfatiza o Respeito pela Interculturalidade. A afirmação da "riqueza da diversidade no diálogo" está sendo promovida aqui. Assim, como apresenta Marques et al. (2007 p. 202), pretende-se com o modelo intercultural não só uma simples aceitação do "outro" como também o acolhimento do "outro" e a transformação de ambos com esse encontro.

O princípio do Consenso é apresentado por último. Com este princípio orientador, espera-se distanciar a política de imigração de circunstâncias que possam suscitar argumentos populistas anti-imigração, como é o caso de muitos países europeus.

Esses princípios são motivadores tanto para o Estado quanto para a sociedade civil, de acordo com Marques et al. (2007 p.202). Em outras palavras, os mesmos autores reconhecem que é necessária uma cooperação rigorosa e permanente entre os diversos órgãos governamentais e a sociedade civil para implementar com sucesso uma política de acolhimento e integração.

3.4 Políticas de inclusão social

Um dos 17 objetivos estabelecidos no projeto das Nações Unidas, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, é reduzir as desigualdades, para ser alcançado até 2030. De maneira mais específica, o subobjetivo 10.7 define "políticas de migrações responsáveis e bem geridas". Um dos quatro desafios estratégicos do plano do governo é reduzir as desigualdades. Nessa perspectiva, o principal objetivo das políticas públicas de migração tem sido garantir que os imigrantes sejam incluídos em todas as iniciativas governamentais visando o acesso à igualdade de oportunidades, ou seja, a sua integração. Isso foi realizado por meio de duas estratégias: i) assegurar que a informação das medidas públicas é divulgada pelos imigrantes, bem como pelos institutos públicos e organizações da sociedade civil; ii) remover obstáculos através de legislação que permita o acesso efetivo às ações por estrangeiros.

Conforme reconhecido por Norte et al. (2004 p.2), algumas medidas de integração, como a educação, a saúde, o mercado de trabalho ou a segurança, são fundamentais para compreender e integrar na sociedade os imigrantes que vivem em Portugal. Portanto, é necessário nos educarmos sobre essas políticas para que possamos entender como elas afetam a vida cotidiana dos imigrantes.

Portugal tem implementado diversas políticas de inclusão social de imigrantes, especialmente nas últimas décadas, considerando o aumento significativo da população estrangeira no país. Algumas dessas políticas são:

- A lei de imigração: A Lei de Estrangeiros, de 2003, foi reformada em 2015, com o objetivo de garantir a integração de imigrantes em Portugal. Essa lei estabelece normas para a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do país, bem como reconhece o direito à reunião familiar e ao trabalho para os imigrantes que cumprem as condições previstas na lei.
- Plano para a Integração dos Imigrantes: Este plano foi criado em 2007 e é coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM). O objetivo é promover a integração dos imigrantes e combater a exclusão social e a discriminação. Entre outras medidas, este plano inclui a promoção do acesso ao emprego e à formação, a melhoria das condições de habitação, a garantia do acesso aos serviços de saúde e educação, e o combate à xenofobia e ao racismo.
- Rede de Apoio à Integração de Migrantes: Esta rede foi criada em 2016 e é composta por diversas entidades públicas e privadas, com o objetivo de promover a integração dos imigrantes e combater a exclusão social e a discriminação. A rede oferece serviços de informação e orientação, apoio à procura de emprego, cursos de língua portuguesa e formação profissional, entre outros.

Essas são algumas das principais políticas de inclusão social de imigrantes em Portugal. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como o acesso a serviços básicos, a discriminação e a falta de reconhecimento de qualificações estrangeiras.

4.Migração

Na atualidade, as questões de diversidade cultural, mobilidade populacional e relações interculturais são de extrema importância no contexto de um mundo globalizado; isso está no centro das preocupações da maioria de todo o mundo, colocando enormes desafios à sociedade, bem como às estratégias e políticas em diversos setores. Se fizermos uma pesquisa rápida, achamos o significado de imigração que é o ato de imigrar, ou seja, de estabelecer

residência em um país que não é o seu de origem. Sabemos que o ato de imigrar é bastante antigo e a cada dia vem crescendo.

A história recente de Portugal ajudou a dissipar a noção de que esta é uma nação impulsionada por emigrantes. O paradigma migratório dos anos 60 e anteriores, no entanto, sofreu mudanças significativas a partir de meados dos anos 70 (Barreto, 2005; Peixoto, 2007). Estas mudanças, provocadas por vários processos migratórios, transformaram Portugal numa nação multiétnica e multicultural. Em outras palavras, confirmar a existência de várias etnias e culturas que coexistem em uma mesma área geográfica.

Os processos migratórios mencionados envolvem diversos movimentos socioespaciais que demandam esclarecimentos. Eisenstadt (1953, citado em Pires, 2003) argumenta que o termo "migração" na verdade se refere a uma transição, física, de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para a outra. Essa transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social e a entrada num outro" (p. 58). Pires (2003), influenciado por Eisenstadt, emprega o termo migração para "delimitar um tipo particular de mobilidade espacial: entre sistemas sociais, ou, mais precisamente, como deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada) dos migrantes" (p. 59).

Os dois tipos de migrações que compõem os processos de imigração são as migrações voluntárias e involuntárias. Uma migração voluntária é aquela que é realizada quando uma pessoa tem o desejo de deixar seu país em busca de uma vida melhor em outro. No entanto, a imigração forçada ocorre quando uma pessoa entra em um país e se sente compelida a deixar seu país de origem por não ter acesso a recursos que garantiriam sua sobrevivência.

A imigração original do Brasil integra-se nos movimentos migratórios transcontinentais. A partir da década de 80 do século XX, a migração urbana brasileira para Portugal adquiriu uma expressão significativa. Esta população possui níveis de qualificação mais elevados e desempenha "atividades no sector dos serviços especializados" (Costa, 2002, p. 107). A vantagem de uma língua comum, bem como de referências culturais que facilitam a integração social em Portugal, "atraíram" a população brasileira.

A imigração acontece por diversos fatores, mas em especial pela melhoria de vida e busca de segurança. Isso é o que tem levado muitos brasileiros a imigrarem para Portugal, além da questão da facilidade da Língua e também pela questão de serem nações irmãs.

Junto a isso, há outros motivos, como a existência de uma tradição migratória, que se define como “a preexistência de relações políticas, sociais e económicas entre a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento, que incluam um passado de fluxos migratórios” (Papademetriou, 2008, p.25). A presença de comunidades da mesma nacionalidade ou etnia, assim podendo “facilitar substancialmente a expansão dos fluxos migratórios quando se verifica uma acentuada deterioração das circunstâncias com que se deparam os seus correligionários ou os indivíduos da mesma etnia presentes noutra país” (Papademetriou, 2008, p.25); a existência de laços culturais, linguísticos e institucionais com as principais nações migratórias; o estabelecimento de redes de solidariedade que apoiam a chegada de novos migrantes (Possidónio, 2006). Apesar da importância das divisões sociais entre os locais de origem e destino, é fundamental notar que o "princípio de atração económica" tem um papel significativo.

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, “A nacionalidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, representando 27,8% do total (valor mais elevado desde 2012)” (SEF, 2021, p. 21). Dessa forma, a variante do Português do Brasil está a cada dia mais presente em Portugal, com isso mais crianças e adolescentes falam “brasileiro”.

Tabela 2- Evolução e variação das 10 principais nacionalidades estrangeiras residentes numericamente mais representadas em Portugal, em 2019 e 2020

Principais Nacionalidades	2019		Principais Nacionalidades	2020		Variação 2019-2020
	Nº	%		Nº	%	
Brasil	151.304	25.6	Brasil	183.993	27.8	+21.6
Cabo Verde	37.436	6.3	Reino Unido	46.238	7.0	+34.6
Reino Unido	34.358	5.8	Cabo Verde	36.609	5.5	-2.2
Roménia	31.065	5.3	Roménia	30.052	4.5	-3.3
Ucrânia	29.718	5.0	Ucrânia	28.629	4.3	-3.7
China	27.839	4.7	Itália	28.159	4.3	+10.8
Itália	25.408	4.3	China	26.074	3.9	-6.3
França	23.125	3.9	França	24.935	3.8	+7.8
Angola	22.691	3.8	Índia	24.550	3.7	+39.3
Guiné-Bissau	18.886	3.2	Angola	24.449	3.7	+7.7
Total de estrangeiros	590.348	100	Total de estrangeiros	662.095	100	+12.2

Indicadores de Integração de Migrantes: Relatório Estatístico Anual 2021, p.30 – Alto Comissariado para as Migrações com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

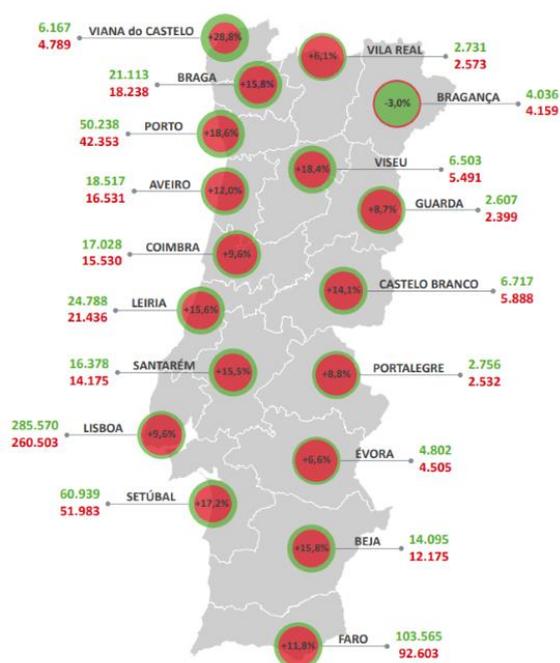
Após a escolha de Portugal para imigrar, pelas facilidades que já vimos acima, muitas vezes quando se chega em Portugal, principalmente as crianças e adolescentes, se veem obrigados a mudarem a forma de falar para se integrarem melhor no seu novo país, pois

muitas das vezes ainda existem casos em que as crianças que falam “brasileiro” sofrem preconceitos e são até prejudicadas nas notas.

A globalização e os fluxos migratórios aumentaram o contato entre as culturas e a convivência entre os diferentes modos de vida de forma inédita, contribuindo para a multi/interculturalidade das sociedades e escolas, para o compartilhamento de espaços e atividades, bem como a partilha de tradições culturais, habilidades e conhecimentos.

Na atualidade, e em termos de migração, há uma crescente disparidade entre os níveis de desenvolvimento e as estruturas demográficas dos países ricos e pobres, conflitos políticos e militares, bem como a globalização, resultaram em um número crescente de imigrantes e refugiados. A questão imigratória tem crescido e acontecido de forma mais rápida e numerosa do que era antigamente, impactando a vida cotidiana e as relações entre indivíduos, países e culturas.

Tabela 3: Stock de Residentes por Distrito, variação de 2019 para 2020 (números de 2019 a verde e de 2020 a vermelho)



Fonte: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020, p.24 – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Com isso essa pesquisa vem para ver como os manuais escolares usados no 3.º ciclo nas aulas de Língua Portuguesa lidam com essas diferenças, visto que as variantes do Português estão cada dia mais presentes, e também ouvir o que os professores pensam sobre e também como lidam com isso, trazendo essa educação intercultural para promover cada vez mais cidadãos tolerantes e que respeitem as diferenças.

4.1 Imigrante e Emigrante

Em termos conceituais, a caracterização de imigrante refere-se a um grupo de pessoas que atravessou fronteiras ou entrou num país e aí permaneceu por um período superior a um ano. Nesse contexto, a Organização das Nações define imigrante internacional como alguém que deixa seu país de origem por um longo período de tempo.

Por outro lado, Huddleston, Niessen e Tjaden (2013) fizeram notar que a definição de um imigrante nas estatísticas internacionais depende da disponibilidade de variáveis nas bases de dados nacionais que permitam a sua identificação como tal. Segundo esses autores, “imigrante” é uma categoria bastante inclusiva que pode relacionar-se tanto com a naturalidade de alguém quanto com sua nacionalidade e naturalização de seus antepassados. Novos relatórios analíticos sobre integração imigrante (OCDE, 2015; EUROSTAT, 2011) têm recomendado que a melhor abordagem para estudar a imigração é a naturalidade do indivíduo, enfatizando que a comunidade imigrante não depende da nacionalidade, mas sim da origem.

Em Portugal, a maioria das fontes de dados estatísticos e administrativos não suportam a classificação dos indivíduos de acordo com a nacionalidade e sim com o local de nascimento, devido muitas pessoas terem dupla cidadania.

Assim, tendo em conta os dados estatísticos e administrativos disponíveis em Portugal, o fator primordial na determinação da dimensão da população imigrante, bem como das suas características e localização nas várias esferas de integração, é a nacionalidade dos indivíduos.

De acordo com a teoria micro sociológica, a decisão de imigrar de um indivíduo depende exclusivamente dele, que pondera racionalmente os custos e benefícios esperados tanto no país de origem quanto no país de destino (Peixoto, 2004).

Para Pires (2003 p. 66), o objetivo de um indivíduo é minimizar os custos e maximizar os ganhos das oportunidades, o que significa que ele optará por imigrar sempre que acreditar que ficar em seu país de origem seria uma perda e se mudar seria um ganho.

Tanto os fatores coletivos quanto as forças estruturais influenciam a decisão do indivíduo de imigrar, segundo as teorias macro (Peixoto, 2004).

O processo de migração é examinado do ponto de vista econômico, social e político. De acordo com Muniz (2003), “os movimentos migratórios são determinados dentro de uma esfera histórico-estrutural ampla, capaz de suplantar os interesses individuais dentro do processo de decisão.” (p.2). Em vez de apenas analisar custos e benefícios, é fundamental

nesta abordagem ter em conta o contexto económico e social em que os imigrantes se encontram.

Três modelos foram identificados no quadro das teorias microssociológicas: o modelo push - pull, o modelo do capital humano e os modelos do ciclo de vida e da carreira (Peixoto, 2004).

O modelo push-pull argumenta que o desejo de melhorar a situação económica impulsiona a decisão de uma pessoa de imigrar.

Em um modelo de capital humano, a pessoa faz uma análise económica dos custos e benefícios em horizontes de curto e longo prazo. Isso significa que, mesmo que isso resulte em custos de curto prazo, acredita - se que ganhos maiores serão alcançados no futuro.

O modelo de ciclo de vida e trajetória social considera o impacto do ciclo de vida individual ou familiar, bem como a trajetória de mobilidade social relacionada às rotas territoriais.

Tudo isso ocorre devido aos indivíduos daquele lugar procurarem trabalhos mais qualificados ou até imigrarem para outros países, assim havendo uma carência de mão de obra em determinados setores, fazendo com que pessoas de regiões com menos oportunidades vejam ali uma forma de melhorar de vida.

5.Cultura e Língua

Nós, seres humanos, nos distinguimos dos outros animais por fazermos o uso da linguagem articulada. É pela linguagem que não apenas expressamos pensamentos ou nos comunicamos, como se defendeu por muito tempo, mas principalmente interagirmos uns com os outros.

Apesar de uma mesma língua poder identificar mais de uma nação, como é o caso do Português, as suas variantes conseguem distinguir quais são cada uma, pois a “língua é um fator de identificação cultural” (Matheus, 2001,p. 52), é através da nossa língua que nos sentimos mais pertencentes. Podemos falar várias línguas, mas é na nossa língua materna que nos sentiremos mais à vontade e mais confiantes para nos comunicarmos. Alguns autores,

como é o caso do alemão Humboldt (s.d), defendem que a verdadeira essência de uma nação está integrada na sua língua materna.

A linguagem é um dos primeiros modos com que interagimos com o mundo. Embora seja com o contato físico que temos nossas primeiras comunicações, é a partir da linguagem que tudo se torna mais expressivo. A língua nos proporciona a chance de pensar no mundo através das palavras e é, por meio delas, que começamos a perceber o nosso meio e com isso a determinar a nossa visão e a das outras pessoas. Da mesma maneira percebemos a cultura e a visão do mundo pertencente a essa língua (Trigueros et al., 1999).

O instrumento que, conjuntamente, nos possibilita expressar e manifestar o EU, é a língua, é a partir dela que nos comunicamos e conhecemos o outro. É como um local onde todos os conhecimentos se cruzam e se organizam e é “a forma mais excelsa que o ser humano tem para se relacionar com o seu semelhante” (Corredoira, 2007, p.408). Assim nos lembram Sardinha e Machado (2013, p.15), “[e]ducação e cultura são elementos intrínsecos à formação e socialização dos sujeitos”, porque podemos encontrar na escola um lugar onde ambas detêm a função de desenvolver “conhecimento(s), múltiplas competências, crenças, hábitos e valores” (ibidem).

Algumas áreas de estudos também afirmam que para se aprender uma língua é preciso também aprender a sua cultura. Portugal e Brasil são países que apesar de irmãos têm uma cultura muito diferente, mas partilham a mesma língua apesar das variações.

O famoso escritor português Fernando Pessoa disse “A minha pátria é a língua portuguesa” (2001). É a língua que nos aproxima das nossas origens, que não nos deixa esquecer de onde viemos e muitas vezes o elo de ligação entre diversos povos, mas também por vezes é o que nos afasta. Então o papel da escola, seguindo uma Educação Intercultural, é aproximar os falantes da mesma língua e também de línguas diferentes; é mostrar que não existe o falar certo ou errado, são formas de falar diferentes que sofrem influência desde a sua cultura, como de outras línguas ou dialetos. Hoje a Língua Portuguesa está entre as mais faladas no mundo, está presente tanto no Oriente quanto no Ocidente, com usos diferenciados, marcados pelos diferentes contextos.

Assim, Luft (2000) alega ainda que a criança já tem o conhecimento da língua materna, aquela que é falada pela sociedade na qual tal criança está inserida, desde antes de ir para a escola, por isso o ensino deve ser baseado na “[...] visão do aluno como alguém que JÁ SABE a sua língua [...]” (2000, p.12). Sendo assim, o aluno vai para escola para aprender a ler, a

escrever, a conhecer os diferentes padrões linguísticos existentes em sua língua a fim de utilizá-la sem receio.

Considerando que a cultura é “o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (Eagleton, 2005, p.55), uma forma de viver conduzida pela língua, percebemos então que língua e cultura estão ligadas de forma direta, dado que uma das maneiras de que é composta a cultura é através da língua, e é também por meio dela que acontecem os processos de identificação.

Desde os primórdios, o homem tinha desejo de exteriorizar aquilo que sentia e pensava, com isso foi desenvolvida a língua para que o mesmo o pudesse fazer, seja através da fala, escrita ou outras formas de linguagem; como exemplo, a arte rupestre é uma forma que nos permite ter acesso à cultura de muitos séculos atrás.

Foi então a partir daí, dos primeiros seres vivos racionais, que as relações sociais foram se tornando cada vez mais próximas, em que as ideias, culturas, ideologias e conhecimentos foram mais partilhados. Assim como expõem Hjelmslev apud Chauí (2006), “é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos” (p.148), tudo isso só foi possível devido à língua.

A língua abrange todo o pensamento humano e também suas ações e é por meio dela que os sujeitos influenciam e também são influenciados e também têm um papel importante na sociedade e na construção da cultura. Dessa maneira assumimos que a palavra, assim como afirma Bakhtin (1997), é “o fenômeno ideológico por excelência [...], o modo mais puro e sensível de relação social” (p. 36), ela tem o poder de reprimir, encantar, seduzir, entre muitos outros.

Vemos então que a linguagem (aqui abrangida por língua e fala), influencia e é influenciada pelo sistema social, pois a mesma é usada em todas as vertentes sociais, desde a comunicação entre os pais e os filhos em casa, até nas comunicações políticas. Uma língua é mais do que apenas um dicionário ou um conjunto de regras gramaticais. A língua está sempre ligada à cultura das pessoas que a falam.

Podemos definir cultura como “um processo contínuo em que se acumulam conhecimentos e também práticas que resultam da interação social entre indivíduos.” (Coelho, 2013, p.27). Todo esse processo tem como moderador a língua, que possibilita que a cultura seja partilhada entre as gerações, fazendo com que o próprio povo se torne agente principal da construção da cultura. Dessa forma, “o homem é, portanto, um ser cultural e é a cultura que o permite adaptar-se aos diferentes ambientes.” (Coelho, 2013, p.27).

Com a tecnologia cada vez temos mais acesso a novas culturas sem precisarmos sair do nosso país. Essa troca cultural é bastante significativa para aprendermos sobre o Outro, e, a cada dia, temos em sala de aula mais alunos de diversas culturas. Como professores devemos trabalhar essas diferenças para que os alunos conheçam e respeitem uma cultura diferente da sua.

Atualmente tem-se acesso mais fácil às diferentes línguas e suas variedades, um exemplo é o Português e suas variantes. A língua Portuguesa está entre as mais faladas do mundo.

Segundo informações do Ethnologue, um renomado banco de dados que cataloga as línguas faladas no mundo, o português ocupa a sexta posição no ranking das línguas mais faladas no mundo em termos de número de falantes nativos, contando com cerca de 215 milhões de pessoas que falam a língua em todo o planeta.

De acordo com o Instituto Camões, entidade que promove a língua e a cultura portuguesas globalmente, o português é a quinta língua mais utilizada no mundo em termos de quantidade de falantes, ultrapassando a marca de 280 milhões de indivíduos que a dominam. E o Observatório da Língua Portuguesa, uma instituição que visa incentivar e destacar o uso do idioma português em todo o globo, este idioma é o quarto mais utilizado no mundo em termos de quantidade total de falantes, ultrapassando os 300 milhões de indivíduos que o dominam. Cabe destacar que essa cifra abrange não só falantes nativos, mas também pessoas que falam português como segunda língua ou língua estrangeira.

A Língua Portuguesa é falada em todos os continentes e é a língua mais falada na América do Sul, mas também em boa parte do continente africano; uma língua viva, que com suas variantes a cada dia se torna mais forte.

Nessa globalização, nos acordos ortográficos se devem levar em consideração as diferenças, que muitas vezes são repreendidas e, em casos mais graves, constituem uma forma de preconceito perante aquele falante.

Como referido anteriormente, a cada dia o número de brasileiros que imigram para Portugal cresce; mas será que, como nações irmãs, as escolas estão prontas para lidar com essas diferenças das línguas e os manuais trazem exemplos dessa variedade?

É destacado por Inês Sim Sim (2017) que “A linguagem é uma das grandes maravilhas do mundo natural. Possuir e conhecer uma língua é a quinta essência da nossa condição de

humanos. Ao contrário dos outros animais, em poucos anos de vida, tornamo-nos falantes exímios da nossa língua materna.” (p.03).

Travaglia (2000, p.17-20) argumenta que o ensino de Língua Portuguesa a falantes de Português como língua materna justifica-se quando: 1º) se quer desenvolver a competência comunicativa (gramatical ou linguística + textual), isto é, tornar o aluno apto a falar e a compreender nas diversas situações de comunicação; 2º) se quer possibilitar ao aluno o “domínio da norma padrão”; 3º) se quer ensinar a variedade escrita; 4º) se leva o aluno a conhecer a língua como instituição social, possibilitando-lhe saber como ela está constituída e como ela funciona; 5º) se quer contribuir para ensinar o aluno a pensar, a raciocinar, de modo científico (teoria gramatical + habilidades de observação e argumentação sobre a linguagem).

Portanto, espera-se que, nas aulas de Língua Portuguesa, o aluno aprimore não apenas sua competência textual, que é a capacidade de produzir e interpretar os diferentes gêneros textuais, como também sua competência gramatical, que é a capacidade que o falante tem para produzir sequências gramaticais. E mais, será o espaço onde terá contato com a sistematização da escrita da língua, pois, como Maurizio Gnerre (1998) enfatiza, uma “variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”(p.6-7). Muitas vezes, as sequências produzidas pelos alunos estão distantes da norma padrão que é a ensinada pela escola, por isso o aluno entra em choque ao se deparar com a variante da língua que o professor apresenta em sala de aula.

Ao refletirem sobre isso, Travaglia, Araújo e Alvim Pinto (1986) afirmam: “ao contrário do ensino de língua estrangeira em que o aluno nada² sabe que ao iniciar o curso, no ensino de língua materna o aluno já possui uma bagagem básica em termos de estruturas e léxico.”(p. 37). Muitos alunos, falantes de Português, não se sentem à vontade nas aulas de Língua Portuguesa, pois apesar de falarem a Língua eles falam uma variante diferente e muitas vezes considerada “errada”.

É por isso que os professores não podem se esquecer de ensinar o que de fato irá contribuir para a vida prática dos seus alunos, pois está na sala de aula para partilhar

² Esse “nada” é relativo. Há muitos elementos da Língua Inglesa, por exemplo, presentes no dia a dia quer por empréstimos, quer por sua utilização em diversos gêneros textuais em diferentes esferas discursivas (letras de música, jogos, internet, artigos científicos, manuais de instrução, aparelhos eletrônicos, roupas, etc.).

conhecimentos para além daqueles que os alunos já possuem, o que nos leva a concordar que “o papel da escola não é o de ensinar uma variedade *no lugar* das outras, mas de criar condições para que os alunos aprendam *também* as variedades que não conhecem” (Possenti, 1996 p.83).

Entendemos que a educação faz parte da cultura e desempenha um papel importante na compreensão da realidade social; portanto, são precisos processos educativos que busquem vislumbrar uma sociedade em que todo o sujeito social que ali vive possa aprender a conviver compartilhando conhecimentos para que assim se tenha uma boa convivência. Desta forma, a cultura torna-se um dos elementos fundamentais da compreensão do mundo em que vivemos e do lugar em que nos encontramos. Dessa forma, Veiga-Neto (2003) afirma que “a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos” (p.6).

Uma das responsabilidades da escola é promover a consciência cultural e ensinar as pessoas de várias culturas para que haja respeito mútuo e dessa forma se possa conviver de forma pacífica e harmoniosa. A escola deve promover a cultura e transmitir conhecimentos para que as crianças possam aceitar as diferenças, viver em comunidade e respeitar a diversidade cultural.

Para isso, as metodologias utilizadas pelos professores devem ser melhoradas, porque há algumas brechas; além disso, “[...] não há bom ensino sem o conhecimento profundo do objeto de ensino [...]” (Travaglia, 2000, p. 10). Em alguns casos os professores seguem o material didático adotado, mas não buscam mostrar para os alunos que há outras possibilidades de interpretação e acabam ensinando apenas aquela forma que o livro do professor apresenta como a “correta”. Como bem observa Maria Helena de Moura Neves (1990), “as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso” (p.12).

6.Educação Intercultural

Na sociedade, a cada dia, devido à globalização se mostrar mais heterogênea, vemos a diversidade presente, assim mais sobressaindo a questão multicultural. Com isso, para haver uma maior igualdade na escola, a mesma tem um papel importante na educação de todos os

alunos. Um dos papéis da escola é que seus alunos sejam aptos a viver em uma sociedade que a cada dia está mais plural e pretende ser mais democrática, sendo a sua missão apoiar os alunos a serem cidadãos ativos, críticos, que tenham senso de justiça e solidariedade e que busquem a igualdade, sem nenhuma forma de discriminação. A educação não deve ser baseada apenas na mera transmissão de conhecimento, mas também focar-se nos valores, contribuindo assim no desenvolvimento do indivíduo e na construção da sua identidade.

A primeira questão que iremos abordar neste trabalho é que a cada dia vivemos em um mundo mais globalizado onde na palma das mãos e em segundos podemos saber tudo sobre qualquer cultura. Outra questão que já esteve presente e continua até hoje, é a migração; ela faz com que as culturas se misturem, e que, desejavelmente, se integrem.

Por mais que a cultura predominante seja a do país para que se imigra, essa troca cultural acaba por acontecer sem que seja percebida. Essa integração, apesar de nem sempre ser tão visível e não se constituir verdadeiramente como acolhimento, ocorre a partir do uso de certos termos da língua, hábitos diferentes, entre outras coisas. Como Melo (2002) bem diz, “a extensão planetária dos meios de comunicação social são expostos, em simultâneo, a grupos cada vez mais vastos de pessoas” (p. 36). Não é mais possível pensar que cada cultura se forma isolada, pois sempre estão interligadas, mesmo que seja apenas pela internet.

Como é defendido por Lages e Matos (2008) “nenhuma sociedade tem uma cultura totalmente integrada” (p.33). Mesmo em um punhado de pequenas comunidades ostensivamente homogêneas do ponto de vista cultural, a luta pela afirmação das diferenças continua. De acordo com Nussbaum (2016), “hoje mais do que nunca, dependemos de pessoas que nunca vimos. Os problemas que temos de resolver - sejam de ordem econômica, ecológica, religiosa ou política - têm envergadura planetária. Nenhum de nós escapa a esta interdependência planetária.” (p.53). Claro que essa dependência não significa que tenha interculturalidade, mas mostra que não fazemos tudo sozinhos e que podemos sempre ensinar algo ao outro e também aprender.

A interculturalidade “(...) is the active dimension of diversity. (...) it presupposes the interaction of individuals, groups and communities.” (Conselho da Europa, 2012, p.24). Já outros autores, como Barbosa (1996) por exemplo, definem a interculturalidade como sendo “sinônimo de reconhecimento do pluralismo cultural, quer dizer, simultaneamente, a afirmação de cada cultura, considerada na sua identidade própria” (p.23).

É possível dizer que a ideia de interculturalidade reconhece a diversidade e a valoriza quando pessoas de diferentes culturas interagem, “o outro é idêntico a mim e diferente de mim”, como afirmam Abdallah-Pretceille e Pocher (2001, p.8). Além disso, implica uma atitude transformadora que faz com que as pessoas se reconfigurem continuamente num processo contínuo que estabelece relações justas e equitativas entre uma parte e outra, permitindo a incorporação do conhecimento de ambas as partes e sua integração na cultura humana, possibilitando a convivência pacífica de elementos socioculturalmente diversos.

Para falar em educação multicultural/intercultural precisamos também falar de cultura. Existe uma grande diversidade de significados de cultura. Um dos autores que falam sobre este conceito é Róman (2003), o qual menciona que deve-se eleger o que é mais apropriado na ótica multicultural, buscando realizar em função das questões que buscamos compreender. Nesta lógica, a análise sobre a percepção de cultura é fundamental para que haja uma resposta satisfatória à questão das diferenças entre indivíduos, pois é a partir dela que se é determinado e justificado como se comportam nas relações e interações que estabelecem entre si.

Na antropologia clássica, o primeiro conceito surge com Taylor (1871); para ele a cultura é “aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, leis, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (cit.in Gomez, 2004, p.13), ou seja, é a “herança social, não biológica, de saberes, práticas, artefactos, instituições e crenças” que determinam a vida dos indivíduos e dos seus grupos (idem).

Como resultado, o entendimento entre membros de diferentes culturas sempre foi importante, seja para o estabelecimento de impérios ou para o comércio entre os povos; nunca foi considerado uma questão de sobrevivência para a espécie humana até hoje (Kim e Hubbard, 2007, p.223), tendo-se desenvolvido essa consciência à medida que as sociedades se tornaram mais diversificadas linguística e culturalmente.

Por um lado, em sociedades multiculturais como Portugal, importa recordar a pluralidade de identidades culturais coexistentes e as necessidades de comunicação entre elas. De acordo com Arendt (1958), “La pluralité est à la fois la condition de la vie humaine et la condition qui permet aux humains d’accéder au sens, car les humains ne peuvent connaître du sens que parce qu’ils peuvent se parler et donner un sens aux autres et à eux-mêmes.” (p.8). Outro imperativo é engajar a cidade em práticas sociais e políticas capazes de garantir o

respeito às diversas culturas de origem ou ancestralidade dos indivíduos, sem medo de discriminação da cultura dominante, em um contexto democrático.

Segundo a Direção Geral da Educação (DGE), a educação intercultural visa promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem para todos, em reconhecimento ao multiculturalismo das sociedades atuais, além de desenvolver habilidades de comunicação e incentivar a interação social como criadora de identidades e senso de humanidade compartilhada.

Pode-se considerar a educação como “the result of experiences whereby we become more or less able to adjust ourselves to the demands of the particular form of society in which we live and work” (Prosser e Allen, 1925, p.3), dispondo, por conseguinte, a responsabilidade de se adaptar “(...) à formação do cidadão, à construção, ao desenvolvimento e à vivência da sua cidadania” (Silva e Sá-Chaves, 2010, p.22) e, por outro lado, tem o desafio de atender à diversidade, de ser uma porta aberta ao diálogo entre línguas e culturas, de defender que “as pessoas têm o direito de ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também direito de ser diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades” (Sousa Santos, 1997).

Assim, a educação é uma questão política, com abordagens interculturais servindo de base para a transformação da educação e da sociedade em contextos de equidade e justiça social, não apenas da democratização de estruturas e /ou processos como, além disso, o desenvolvimento de uma cidadania crítica nos níveis local, regional e global.

Por conseguinte, a educação intercultural propõe “(...) promover una relación comunicativa y crítica entre seres y grupos distintos, y también extender esa relación en la tarea de construir sociedades realmente plurales y equitativas” (Walsh, 2001, p.22), verificando que do ponto de vista pedagógico, o paradigma intercultural fomenta desafios ao que diz Verbunt (2011) “A interculturalidade não é natural: é aprendida e transmitida como elemento de nossa socialização.” (p.100).

Como resultado, a educação intercultural não deve ser tratada como uma disciplina separada, antes disso, deve ser entendida como um projeto educacional abrangente que exige uma metodologia interdisciplinar, ligado à socialização e educação de habilidades de vida em comunidade.

De acordo com Zembylas e Lasonos (2010), ao lutar por justiça e igualdade social, a interculturalidade mobiliza os professores a mudar o currículo e a pedagogia para empoderar

e dar voz aos alunos marginalizados, com o objetivo de promover uma educação que desafie as dinâmicas de poder e estimule a mudança social.

A percepção da interculturalidade proporciona ao ser humano conceber espaços de negociação, cooperação e humanização, com o objetivo de transformar uma sociedade multicultural em uma sociedade que valorize a diversidade, “em vez do somatório ou justaposição de culturas que se confrontam ou ‘toleram’ num mesmo espaço, [se possa] viver o cruzamento de culturas em transformação mútua, numa sociedade de direitos reais e efetivos” (Cochito, 2004, p.11).

A questão intercultural envolve relacionamentos, diálogo e comunicação entre diferentes culturas por meio de indivíduos e grupos que carregam essas culturas em várias situações do cotidiano. Assim, diz Clanet (1993), “uma situação intercultural é uma situação na qual se encontram e interagem indivíduos, grupos e instituições originários de universos culturais diferentes”. (p.08)

O prisma do interculturalismo requer que se levem em conta noções de complexidade e reciprocidade nas relações interculturais:

A interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais (...) originados pelas interações das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação. (Clanet, 1993, p. 21).

O objetivo da educação para a cidadania é ajudar a formar cidadãos responsáveis, autênticos e unidos, que compreendam e exerçam seus direitos e responsabilidades no diálogo e no respeito ao próximo, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, com os valores dos direitos como um guia.

Devido a todas as mudanças que acontecem todo dia na nossa sociedade, a educação tem enfrentado vários desafios, um dos quais é promover o respeito às diferenças étnicas, linguísticas, culturais, raciais e de gênero, bem como às condições sociais que facilitem uma democracia plural onde se tenha o reconhecimento do outro, o que permitirá a formação de cidadãos participativos, independentes e conscientes de sua importância e papel na sociedade.

Nesse sentido, uma educação que desenvolva uma proposta que contribua para a inclusão social é importante e necessária para reduzir as exclusões sociais, promovendo uma prática pedagógica que respeite a identidade individual e a diversidade cultural e permita a libertação individual.

A interculturalidade implica uma luta contra o etnocentrismo, estereótipos e preconceitos, bem como um trabalho de descendência e reconhecimento orientado para objetivos da própria identidade cultural, e o papel que desempenha na construção da identidade, obrigando a refletir sobre a sua própria cultura e identidade cultural.

Segundo Díaz-Aguado (2000), a nossa sociedade passa atualmente por rápidas e intensas mudanças que necessitam de inovações educacionais que as acompanhem.

Com tudo isso, podemos ver que nos últimos anos os conflitos devido ao misto de culturas têm, por algumas vezes, se intensificado e isso se reflete no ambiente escolar, pois vemos que muitas vezes as escolas e os professores não estão preparados para lidar com tal fenômeno que a cada dia cresce mais.

Dessa forma devemos criar uma sociedade mais inclusiva e também participativa, começando por uma Educação Intercultural, assim como lutar por outras questões de extrema importância para o bem da sociedade em geral. Lutar pela Educação Intercultural é relevante para a atual forma em que a sociedade globalizada está se moldando. Luís Souta (1997) reflete que “A educação multicultural não pode deixar de constituir hoje uma componente fundamental na formação das nossas crianças e jovens.” (p.44). O autor expõe que se deve incluir a Literacia Multicultural nas formações escolares desde as idades mais precoces para que as crianças e jovens possam e saibam, de forma mais rápida, lidar com as mudanças que a cada dia acontecem.

A abordagem intercultural visa promover um novo modelo de comunicação e gestão da diversidade cultural, especificamente ao nível educacional. Exige propiciar processos reflexivos, modelos educativos e competências que contribuam para o desenvolvimento de sociedades democráticas e equitativas, e de cidadãos e profissionais envolvidos e responsáveis, permitindo enfrentar as diversas e complexas situações que surgem na sociedade cada dia mais intercultural. Demanda impulsionar a comunicação, a participação e a colaboração com outros em várias atividades humanas, aprender a entender-se com outras culturas e conhecer o outro e sua cultura e tradições, aprender a desenvolver projetos e buscar soluções em colaboração para a resolução de conflitos e compreensão das crescentes relações interculturais e de interdependência que a cada dia estão mais presentes.

Os dados mostram que a cada dia as escolas portuguesas têm que lidar com mais diferenças culturais, linguísticas e sociais. Diante de tal realidade as estratégias que se devem

tomar é promover uma educação inclusiva, onde se foca em tudo de maneira global, como Peres (1999) expressa bem:

A escola deve definir-se, cada vez mais, como um lugar de encontro, diálogo, afeto, convivência, onde todos e cada um se sintam bem e possam participar e intervir em atividades instrutivas/educativas, interessantes e estimulantes, independentemente das diferenças de raça, etnia, sexo, idade, religião, língua, cultura, uma escola aberta à negociação e à diversidade cultural, ou seja, uma escola multi/intercultural (p. 121).

O significado de uma educação intercultural, onde se proporciona de forma igualitária condições de êxito educativo para todos os alunos. Tal educação deve ser baseada no estudo das diversas culturas de forma igualitária e sem nenhuma forma de discriminação. Nessa vertente educacional, prever o entrosamento entre as diversas culturas, excluindo dessa forma qualquer tipo de discriminação. Diante de tudo isso, um papel da escola é promover, entre todos os alunos, o conhecimento sobre a sua cultura de origem e também sobre as mais diferentes culturas, em especial a dos elementos que fazem parte da turma. Essa partilha e conhecimento das diferentes culturas faz com que os alunos tenham uma visão mais alargada do mundo e assim faz com que se tenha mais aptidão para exercer a cidadania de maneira plena. Mantoan (2005) declara que

A escola tem de ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho para todos é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos, a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã por metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser (p. 24).

Dessa maneira, a integração das diversas culturas traz benefícios e o sentimento de pertencimento de todos também; é importante para os imigrantes que vejam suas culturas representadas, seja através dos livros ou de outras formas e também o conhecimento da cultura de que agora eles fazem parte, para que assim se tenha uma melhor integração. Sem essa ligação entre as culturas é muito provável que haja certa resistência entre ambas as partes e com isso desencadear formas de intolerância.

Destacando tudo isso, é fundamental que as escolas e todos que estão ligados à mesma tenham preparação adequada, com materiais e manuais também apropriados para que se desenvolva um bom trabalho. Além disso, é preciso que se promova com os alunos a

sensibilização para que todos aprendam a respeitar as diferenças culturais. A escola inclusiva é para Alves (2006) a que assegura a qualidade do ensino para todos seus alunos, levando em consideração as suas diversidades e também auxiliando a cada aluno com base nas suas potencialidades e necessidades. A Educação Intercultural presente nas escolas dá a oportunidade aos alunos de alcançarem uma maior potencialidade de valores e conhecimentos, assim possibilitando que se desenvolvam de forma integral como seres humanos e, conseqüentemente, se tornando cidadãos solidários e conscientes. Banks e Banks (1995) destacam que uma das diversas funções da educação multicultural é:

Ajudar todos os alunos a adquirirem o conhecimento e atitudes necessários para funcionar efetivamente numa sociedade pluralista e democrática, para interagir, negociar e comunicar com pessoas de grupos diversos para criar uma comunidade cívica e moral que trabalhe para o bem comum. (p. 11).

É a partir de tal educação que a criança irá se conhecer melhor e também conhecer as diferenças face ao outro, percebendo que todos somos diferentes e dessa forma aceitando as diferenças, fazendo com que diminuam os preconceitos com o outro apenas por ele ser diferente em algum sentido.

Na realidade portuguesa, na atualidade, vemos simplesmente, ao fazermos uma compra no supermercado, as diferenças culturais, seja pela língua, etnia, forma de se vestir; sabemos que a cada dia crescem as diferentes nacionalidades dentro de Portugal e também no mundo. Dessa forma, a Educação Intercultural é de suma importância para que a convivência em sociedade se dê de forma mais harmoniosa.

Levando em consideração o grande número de imigrantes de Língua Portuguesa nas suas mais diferentes variantes, principalmente os brasileiros, é com a Educação Intercultural que iremos criar uma sociedade mais integrada, mesmo que sejam nações irmãs, mas com uma grande diferença cultural, étnica e principalmente linguística.

Interessa-nos, por isso, olharmos para os manuais escolares e como estes lidam com essa diferença cultural nas aulas de Língua Portuguesa, levando em consideração as diferenças que a mesma Língua, o Português, tem nos diversos falantes da mesma.

6.1 Educação Intercultural em Portugal

Em termos de Educação Intercultural (EI), o relatório da Rede Eurydice de 2019 aponta que na maioria dos países europeus, esta é uma disciplina ou tópico contemplado no currículo nacional. Existem diferenças substanciais na forma como é promovido, com ambas as opções permitindo que seja parte da cultura da escola ou um assunto abordado em dias ou projetos especiais.

Em Portugal, a educação intercultural está prevista, entre outros documentos, na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

A partir de 2018/19, em Portugal, a EI passa a fazer parte da componente “Cidadania e Desenvolvimento”, que será desenvolvida ao longo de toda a escolaridade como projeto interdisciplinar ou multidisciplinar ou como disciplina para o segundo e terceiro CEB (DGE, 2020c). Um foco de Formação Inicial Profissional (FIP) é a preparação de professores para o Ensino Intercultural, para todos os níveis de ensino. Essa preparação se concentra no ensino em salas de aula diversificadas e multiculturais, bem como na resposta sobre os preconceitos implícitos e preconceitos contra estudantes de diversas origens culturais e linguísticas. Neste caso, o sistema português menciona especificamente essas qualificações para o FIP em documentos oficiais. Para o caso da Educação Pré-Escolar e para o 1º Ciclo, as orientações ministeriais são no sentido de que se faça uma abordagem de forma transversal, ou seja, integrada sempre que possível nas diversas áreas de conteúdo.

Para os professores que não tiveram nenhuma formação específica sobre a Educação Intercultural, o Ministério da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, juntamente com o Alto Comissariado Para As Migrações (ACM), estão a fazer um esforço para oferecer programas que abordem esta temática.

A interculturalidade é um tema interdisciplinar que está inserido no currículo da disciplina de Educação para a Cidadania, junto a outros temas como Direitos Humanos, Igualdade de Género, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Saúde.

O estudo também abrange a questão da parte psicológica e emocional enfrentada por alunos imigrantes que muitas das vezes não têm um apoio específico e também sobre o envolvimento dos pais para que se envolvam no amadurecimento psicossocial dos filhos.

Os resultados do estudo destacam a necessidade de uma abordagem política ampla a ser adotada para que a integração de um estudante imigrante na sala de aula seja possível em qualquer ambiente educacional. São inúmeros os desafios que estes alunos devem superar que podem dificultar a sua integração escolar e, conseqüentemente, o seu rendimento acadêmico.

Em momento algum devemos mudar a língua que é falada naquele país, afinal quem decidiu emigrar, sabe que a cultura, língua vai ser diferente, se dentro de um mesmo país já existem várias diferenças muito mais de um país para o outro, mesmo que se partilhe a mesma língua, o sotaque, as palavras e a forma com as falam são diferentes, como é o caso de Portugal e Brasil. O que não se pode é discriminar os outros por falarem diferente, como acontece em algumas universidades em Portugal, por exemplo, como pode ser lido em uma reportagem do site da BBC, onde uma das entrevistadas faz o seguinte relato: "Em outra ocasião, estava falando com a minha orientadora. De repente, ela deu um soco na mesa e disse: "não entendo nada que falas".

Como já visto nos capítulos anteriores, Portugal sempre foi um país que emigrou muito e de alguns anos para cá o contrário está acontecendo, estão vindo muitos imigrantes para cá; mas será que as escolas estão preparadas para lidar com essas diferenças?

Segundo o Censo 2021, residem em Portugal 542 165 com nacionalidade estrangeira, 36,9% desses residentes são de nacionalidade Brasileira, conseqüentemente a variante do Português do Brasil está cada dia mais presente em Portugal (INE, 2022, p. 02).

6.2Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e as Aprendizagens Essenciais

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) reúne um conjunto de direitos e obrigações que devem ser incorporados na educação cívica das crianças e jovens portugueses, assim garantindo que essas crianças e jovens se tornaram adultos que tenham "uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da

diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.” (ENEC, 2017, p. 02).

De acordo com o Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, registado na área das Ciências Sociais e Humanas, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento está integrada nos currículos do ensino básico e secundário.

A forma como é organizada nas escolas:

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento faz parte das componentes do currículo nacional e é desenvolvida nas escolas segundo três abordagens complementares: natureza transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico, disciplina autónoma no 2.º e no 3.º ciclos do ensino básico e componente do currículo desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação no ensino secundário. (ENEC, 2017, p. 02)

Os principais pontos da Educação para a cidadania são divididos em 3 grupos, no primeiro é obrigatório a todos os níveis de ensino, o segundo pode ser utilizado em ao menos dois níveis de ensino e o terceiro pode ser utilizado em qualquer nível de ensino de forma opcional.

É no primeiro grupo que é obrigatório onde se encontra o ponto da Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa), que deve ser trabalhado desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico até o Ensino Secundário.

6.3 Aprendizagens Essenciais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo em Portugal

Em Portugal, as crianças e jovens menores em situação de regularização de nacionalidade têm os mesmos direitos que os nacionais no que diz respeito à educação. Aos descendentes de imigrantes que já chegaram a Portugal com um percurso académico também é concedido o direito a um equivalente escolar, atribuído através do reconhecimento das competências adquiridas no país de origem, o que contribui significativamente para a integração destes imigrantes no sistema educativo (Norte et al. 2004).

A recente entrada de estudantes estrangeiros no meio educativo exige respostas do sistema educativo português. É comum encontrar documentos que descrevem o sistema escolar português, referenciando as nacionalidades e respectivas línguas que cada aluno fala,

ou seja, sua Língua Materna. Esses documentos retratam não apenas a comunidade estrangeira da escola, mas também o processo de integração dos alunos.

“Sabia que nas escolas públicas portuguesas há alunos de 170 nacionalidades?”. Essa foi a frase usada em uma campanha publicitária de uma marca de café em Portugal. Com a enorme diversidade tanto social como cultural todos acabam por se beneficiar com isso.

A escola de hoje é o reflexo de um espaço multicultural amplo, resultante de conquistas ou unificações territoriais, bem como das grandes movimentações populacionais, com motivações variadas, que acontecem por todo o mundo. A rapidez das deslocamentos humanos nem sempre é, no entanto, acompanhada de uma flexibilização e de uma abertura a novos cenários por parte dos autóctones. Estes, ciosos da sua cultura e da sua identidade étnica, com frequência olham o estrangeiro como um diferente, ameaçador, perturbador das regras instituídas, usurpador de direitos e bem-estar adquiridos. (Silva, 2008, p.114).

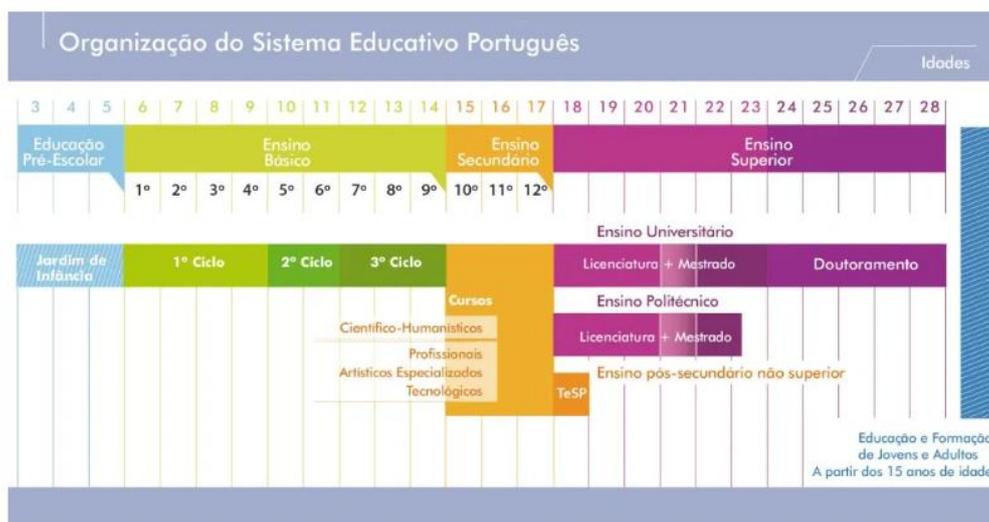
Devido à presença de alunos imigrantes, uma escola portuguesa distingue-se pela sua diversidade linguística e cultural. Cada vez mais documentos legais que visam incentivar a inclusão de imigrantes neste sistema educacional têm sido produzidos para compreender este fenómeno, lembrando que o papel da educação vai além da simples identificação de diferentes grupos culturais para a sua compreensão, a valorização e a consideração da diversidade linguística inerente aos mesmos (Leiria, Queiroga, & Soares, 2005).

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, visa promover a integração dos alunos recém-admitidos no sistema educativo que não falam português como língua materna; em sua versão atual, os artigos 10 e 18 regulamentam a inclusão da disciplina de Português de Língua Não Materna (PLNM) nos currículos do ensino básico e secundário. Este documento tem sete pontos que estipulam o funcionamento dessa disciplina, porém, para nós o mais importante é o ponto número sete, o qual refere que alunos de nacionalidade Brasileira, têm a Língua Portuguesa como Língua Materna; assim sendo, não estão inclusos nas aulas de Português de Língua Não Materna.

Em destaque o fato de que esse princípio se refere a "alunos brasileiros com o português como Língua materna", apesar de nem todos os brasileiros falarem português como língua materna, pois muitos brasileiros são de etnias indígenas, ou seja, têm como primeira língua a que é falada na sua aldeia.

Em Portugal, o sistema educativo é organizado da seguinte forma:

Tabela 4 - Organização do Sistema Educativo Português



Nos documentos oficiais, a educação obrigatória em Portugal decorre dos 6 aos 18 anos. O início do ano letivo é em setembro e o fim em junho. As aulas decorrem, geralmente, das 8:30h/9h e vão até as 16h/17h, dependendo do nível de ensino.

No site da Direção Geral de Educação, podemos encontrar quais as aprendizagens de Língua Portuguesa esperadas no 3.º Ciclo, o qual corresponde ao Ensino Fundamental 2 no Brasil. Quanto às competências indicadas para os alunos, apenas é dito que se espera que eles saibam utilizar as diferenças linguísticas em diferentes situações; em nenhum momento é dito sobre aprender as diferentes variantes da Língua Portuguesa. Apesar de trazer algumas obras sugeridas e textos de outros autores não nativos de Língua Portuguesa, nada é dito de como devem ser abordados tais textos.

A definição de aprendizagens essenciais do 7.º ano, 8.º ano e 9.º ano têm em comum alguns pontos a serem abordados com os alunos para que assim possam identificar e trabalhar a interculturalidade, como por exemplo, extrair informação implícita a partir de pistas linguísticas; mobilizar conhecimentos sobre a língua e sobre o mundo para interpretar expressões e segmentos de texto, mas para isso tanto os manuais quanto os professores devem estar preparados para apresentar as tais diferenças presentes na Língua Portuguesa.

No 3.º Ciclo, em Portugal, os estudantes devem continuar a aprimorar as suas habilidades em língua portuguesa, a fim de consolidar as suas competências linguísticas e comunicativas. Alguns dos aprendizados essenciais de língua portuguesa no 3.º ciclo em Portugal são:

1. Compreensão de leitura: Os estudantes devem ser capazes de compreender textos de diferentes gêneros, como narrativos, descritivos, expositivos e

argumentativos. Eles devem também ser capazes de identificar a estrutura dos textos e os recursos linguísticos utilizados pelos autores.

2. Produção de textos: Os estudantes devem ser capazes de produzir textos de diferentes gêneros, utilizando corretamente a gramática, a ortografia e a pontuação. Eles também devem ser capazes de organizar as suas ideias de forma coerente e coesa.
3. Gramática: Os estudantes devem ter um conhecimento sólido da gramática da língua portuguesa, incluindo a morfologia, a sintaxe e a semântica. Eles devem ser capazes de analisar frases e identificar as diferentes classes gramaticais e as suas funções sintáticas.
4. Vocabulário: Os estudantes devem ampliar o seu vocabulário, aprendendo novas palavras e expressões e utilizando-as corretamente em diferentes contextos.
5. Comunicação oral: Os estudantes devem ser capazes de comunicar oralmente de forma clara e coerente, utilizando a língua portuguesa de forma adequada e respeitando as regras de interação social.
6. Leitura e produção de diferentes tipos de texto: Os estudantes devem ser capazes de ler e produzir diferentes tipos de texto, como relatórios, resumos, notícias, artigos de opinião e ensaios.
7. Conhecimento da literatura portuguesa: Os estudantes devem ter conhecimento da literatura portuguesa, desde os seus primórdios até a contemporaneidade, sendo capazes de identificar os principais movimentos literários e autores relevantes.

Esses são alguns dos aprendizados essenciais de língua portuguesa no 3.º ciclo em Portugal, que visam garantir que os estudantes tenham as habilidades e competências necessárias para se comunicar efetivamente em língua portuguesa e compreender a sua cultura e literatura.

6.4 Manuais Escolares

Apesar do grande número de recursos que o desenvolvimento tecnológico acabou por trazer para a sala de aula, o manual continua sendo uma ferramenta valiosa para alunos e professores.

Os livros didáticos, como são chamados no Brasil, ou manuais escolares, em Portugal, não são comparáveis com outros livros e, como tal, não devem ser esquecidos em uma estante, pois desempenham um papel importante na vida dos alunos, funcionando assim como o programa curricular, sendo o guia (Castro, et al, 1999). Tais manuais dirigidos aos professores, onde se tem uma vasta opção de atividades para serem realizadas com os alunos, diferente dos manuais dos alunos que não vêm com tais sugestões.

No Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de novembro (Ministério da Educação, Portugal, 1990), o manual escolar é definido como: “o instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando a informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo ainda conter elementos para o desenvolvimento de actividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efectuada”.

A escola também desempenha um papel importante na utilização do manual escolar, pois é a partir do manual escolhido e utilizado por professores e alunos, por isso saber como obter as melhores medidas para um bom processo de aprendizagem, é essencial (Morgado, 2004).

Como aponta Castro (1999), o manual por si só levanta muitas questões sobre as ideologias que podem ser veiculadas e as funções culturais e educacionais que podem ser desempenhadas.

Assim, a escola deve levar em consideração as diversidades apresentadas no manual, pois é o manual que deve trazer exemplos sobre as diversidades da língua Portuguesa, para que os alunos possam ver que não é errado falar daquela maneira, é apenas uma variação, dessa forma fazendo com que as minorias se sintam representadas e também fazendo com que os outros sejam mais tolerantes com as diferenças.

Segundo Farinha (2007), o manual escolar serve como um guia para os programas curriculares determinados pelo ME para que as salas de aula funcionem de forma padrão. Assim ele traz um panorama crítico, chamando a atenção para os professores escolherem outros textos para além daqueles que vêm no Manual escolar e assim amplificar os conhecimentos dos alunos e dessa forma mostrar as diferenças para que os alunos tenham consciência das mesmas e que as respeitem. Muitas vezes, acabam funcionando como o

próprio programa da disciplina, como um alicerce estável ao qual o professor voltará para preparar suas atividades docentes cotidianas.

Segundo Castro (in Farinha, 2007), os livros são recursos extremamente complexos devido à rede de conexões intertextuais que contêm, à variedade de públicos que atendem, aos diversos objetivos educacionais que devem atingir. Assim, direta ou indiretamente, direcionado ao professor da área como um dispositivo de trabalho com sugestões pedagógicas, que incluam todos os intervenientes educacionais, orientando-os no processo de ensino-aprendizagem (Farinha, 2007).

Os manuais para crianças em idade escolar desempenham um papel importante na educação. Todos estão cientes de que a base de materiais escolares têm um impacto significativo nos manuais escolares. Em alguns casos, esses são os culpados por dar mais ou menos importância a um tópico específico em sala de aula, além de influenciar a participação dos alunos na aquisição de conhecimentos, o que lhes permite ter uma verdadeira compreensão da realidade (Morgado, 2004).

O papel do manual escolar é interpretado tendo em consideração os seus aspectos pedagógicos, informativos, estruturais e organizacionais em relação à estrutura de aprendizagem direcionada ao aluno.

Segundo Rego et al. (2010), os manuais escolares têm assumido um papel importante e também questionável. Para ele, o manual escolar é o único livro inserido numa sociedade onde todos têm acesso a uma educação de qualidade, está disponível para todos, independentemente de seu status social e cultural, status socioeconômico ou localização. Em primeiro lugar, este aspecto sustenta a preocupação existente com a igualdade de direitos na educação e o direito à diversidade.

Dessa forma, levando em consideração as diversidades da Língua Portuguesa, analisaremos se os manuais utilizados no 3.º Ciclo nas aulas de Português, traz exemplos das outras variantes da língua, para se ter um ensino igualitário, onde se aprende muito além, e também fazendo um ensino multi/intercultural.

Como Banks (2015) explica, dessa forma sabemos que existem manuais escolares que são criados com base étnica em mente, resultando em uma visão e análise muito limitadas, eventualmente omitindo a realidade de outras sociedades e culturas, contribuindo para a existência de estereótipos de certas sociedades.

Segundo Darling-Hammond (2017), um manual escolar deve levar em conta a relação entre a escola e os desafios sociais contemporâneos, que demandam uma mudança na postura do professor, uma boa organização de recursos que respeite o processo de aprendizagem, o valor pedagógico e cultural que compete os professores a fazerem o uso dos mais diversos materiais didáticos junto com as novas tecnologias.

O manual muitas vezes é usado como se fosse a “bíblia” da aula, por esse motivo deve ser avaliado se traz as diferentes variações da Língua Portuguesa, das suas origens para que todos se sintam incluídos e acolhidos e, principalmente, para que não se tenha o preconceito por falar diferente. Com os manuais escolares, trazendo textos nas diversas variantes, como é sugerido nos documentos de Aprendizagem Essenciais, vai então mostrar que brasileiros, africanos dos PALOP, e portugueses falam Português, apenas variantes diferentes e não uma língua diferente.

7. Enquadramento geral do estudo

7.1 Problemática e objeto de estudo

Com o passar dos anos, o número de pessoas, principalmente brasileiros, que elegem Portugal para imigrar tem aumentado, devido à Língua ser parecida, pois sabemos que na prática a Língua tem muitas diferenças, também a cultura ser mais próxima, visto que foram colonizados por Portugal. Porém, como é vista essa imigração, em específico nas salas de aulas que recebem milhares de alunos que têm a variante brasileira de Língua Portuguesa? Como defende Vieira (2011), “Na sociedade portuguesa parece existir um défice de conhecimentos da diversidade cultural e de diálogo intercultural.” (p.92). Este é um fato que tem levado a uma série de reações e comportamentos entre “nós” e “o outro”, o que nem sempre leva a interações interculturais harmoniosas.

Apesar de haver muitas políticas que incentivem os Brasileiros e outros povos a virem para Portugal, muitos se sentem receosos devido às reportagens, experiências de conhecidos, amigos e familiares que passaram ou passam por certos tipos de preconceito, principalmente o linguístico, visto que no Brasil se utiliza muito o gerúndio, como por exemplo, ‘estou falando com você’, e em Portugal se usa mais a forma infinitiva - ‘estou a falar consigo’ - e muitos

chegam a dizer que os brasileiros falam “brasileiro”, sendo que se fala a mesma língua, porém, numa variedade diferente.

Então, será que os manuais e principalmente os professores de Língua Portuguesa, especificamente os dos 3.º Ciclo, estão preparados para lidar com essas diferenças? A interculturalidade é respeitada? Sempre lembrando que não queremos mudar a forma como se fala em Portugal, mas queremos que ela seja respeitada, visto que temos a mesma língua que sofreu alterações, devido às 274 línguas indígenas faladas no Brasil (Censo Demográfico de 2010, pois o Censo de 2022 ainda não saiu o resultado), além da grande influência que a Língua Inglesa exerce também no nosso Português.

7.2 Motivação e objetivos do estudo

Considerando as mudanças que têm ocorrido na nossa sociedade, cada vez mais ela se torna mais diversa culturalmente. Assim, tendo em conta a educação, esta está diretamente ligada à prática de valores e princípios sociais, pelo que fica como uma das responsabilidades das escolas viabilizar materiais onde seja possível conhecer as pluralidades das atuais sociedades, para que então haja um mundo mais solidário e tolerante face às diferenças.

Dessa maneira, é importante que a escola tenha professores capacitados para demonstrar o respeito por tais diferenças e que haja materiais para auxiliar, não esquecendo que os manuais escolares são o principal material que é utilizado em sala de aula. Dessa forma iremos analisar se os manuais utilizados trazem essa questão das variantes da Língua Portuguesa.

A questão chave do trabalho é: Os manuais utilizados em escolas portuguesas do 3º Ciclo estão preparados para a Educação Intercultural, levando em consideração a grande imigração de brasileiros para Portugal?

O estudo busca analisar se há e como é a Educação Intercultural em manuais escolares utilizados em Portugal, e se os mesmos trazem essa educação intercultural e plural devido ao aumento expressivo de alunos brasileiros e também outros imigrantes em sala de aula. A importância do trabalho visa observar como os manuais apresentam materiais de apoio à educação Intercultural.

O estudo irá observar do ponto de vista sociológico, devido à diferença cultural apesar de serem nações irmãs, também do ponto de vista linguístico das duas variedades da Língua Portuguesa e da questão educacional, das dificuldades, descobertas, curiosidades das duas línguas e culturas.

Na importância pessoal visto que sou imigrante, brasileira e professora de Língua Portuguesa, quero ver mais a fundo como os manuais utilizados abordam/tratam essa questão, se revelam preocupações com a inclusão dos imigrantes. Se a partir deles é possível ter um ensino sem anular a sua cultura e a sua variedade linguística e como é feita a integração desses alunos.

Objetivos

- ❖ Analisar se os manuais trazem questões sobre as variantes da Língua Portuguesa;
- ❖ Analisar se os manuais abordam a representatividade dos outros povos que falam a Língua Portuguesa;
- ❖ Pesquisar se o governo português fornece alguma orientação para que nos manuais a interculturalidade seja respeitada;
- ❖ Conhecer as percepções de professores sobre a pertinência de os manuais incluírem textos promotores de interculturalidade.

8. Modelo Utilizado, Técnicas e Instrumentos, Identificação Dos Participantes

8.1 Natureza da Investigação

Existem vários cenários e escolhas metodológicas na pesquisa educacional. Neste campo de atuação, a metodologia deve ser escolhida levando em consideração as evidências que já possui em relação à questão de pesquisa para dessa maneira se ter melhores resultados.

Sendo o objeto de pesquisa A Interculturalidade nos manuais de Língua Portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico em Portugal - Uma Realidade? foi então escolhida a pesquisa qualitativa.

A metodologia qualitativa surge como uma ferramenta capaz de produzir informações detalhadas e mais próximas das percepções dos participantes, permitindo uma compreensão completa dos fenômenos do estudo e adicionando peso à coleta de algumas informações que são difíceis de considerar em estudos mais estruturados (Oliveira, 2006, p. 35).

Segundo Bodgan & Biklen (1994), uma investigação qualitativa tem como características fundamentais ter o pesquisador como o principal gestor da coleta de dados e ser meticolosamente descrita.

8.2 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para a concretização da componente empírica deste estudo, optou - se pela análise documental e pela administração de um questionário, como técnicas de recolha de dados.

A análise de conteúdo muitas vezes é a eleita como técnica pelas ciências humanas e sociais, incluindo a educação, porém é uma técnica que raramente é desenvolvida em todo o seu potencial (Lima, 2013).

Componente de uma investigação social, a verificação empírica é realizada a partir de dados de uma amostra retirada, de acordo com critérios de garantia de representatividade de um universo ou população (coleção de indivíduos com afinidade e interesse potencial no estudo). As informações coletadas da amostra suportam dados empíricos que são importantes para a compreensão dos fenômenos sociais alvo do estudo - o objeto de estudo (Pardal & Lopes, 2011, p. 128).

Dessa forma foram escolhidos os manuais que foram citados pelos professores nos questionários que eles responderam e também serão analisados. Que são (Para)Textos - Português 9.º Ano - Ana Miguel de Paiva, Gabriela Barroso de Almeida, Noémia Jorge e Sónia Gonçalves Junqueira. Porto Editora. 2022.

8.3 Questionários

Embora nem todos os projetos de pesquisa usem questionários para coletar e analisar dados, eles são uma parte crucial da pesquisa científica, principalmente no campo da educação. Certamente, elaborar questionários não é uma tarefa fácil, mas investir algum tempo e esforço na sua criação pode ser benéfico para o "crescimento" de qualquer pesquisador.

Não existe uma metodologia padrão para criar um questionário. No entanto, existem várias recomendações, bem como fatores a serem levados em consideração ao conduzir esta importante tarefa de pesquisa. De acordo com Aaker et al. (2001), a elaboração de um questionário é considerada uma "arte imperfeita", pois não existem procedimentos concretos que assegurem o alcance de bons objetivos de mensuração.

Além disso, segundo o autor, fatores como o bom senso e a experiência do pesquisador podem ajudar a evitar uma variedade de erros potencialmente prejudiciais nas questões. Por exemplo, esses fatores podem ajudar a evitar perguntas com respostas ambíguas e dessa forma prejudicando a pesquisa.

No entanto, há uma ordem definida de etapas lógicas que o pesquisador deve seguir para desenvolver um questionário:

- 1 – Planejar o que vai ser mensurado;
- 2 – Formular as perguntas para obter as informações necessárias;
- 3 – Definir o texto e a ordem das perguntas e o aspecto visual do questionário;
- 4 – Testar o questionário, utilizando uma pequena amostra, em relação a omissões e ambiguidade;
- 5 – Caso necessário, corrigir o problema e fazer novo pré-teste.

Baseada em Aaker et al. (2001), a tabela 6 ilustra os passos para elaboração de um questionário:

Tabela 5: Passos para a Elaboração de um Questionário

Etapa	Passos
Planejar o que vai ser Mensurado	Evidenciar os objetivos da pesquisa
	Definir o assunto da pesquisa em seu questionário
	Obter informações adicionais sobre o assunto da pesquisa a partir de fontes de dados secundários e pesquisa exploratória
	Determinar o que vai ser perguntado sobre o assunto da pesquisa
Dar Forma ao Questionário	Para cada assunto, determinar o conteúdo de cada pergunta
	Decidir sobre o formato de cada pergunta

Já em relação ao conteúdo das questões, pode - se tentar verificar fatos, crenças sobre fatos, crenças sobre sentimentos e a identificação de padrões de ação e comportamento passado ou presente. Também é fundamental que o pesquisador faça algumas reflexões, como: A pergunta é mesmo necessária? Qual é o seu propósito aqui?

Em relação ao formato das questões elas podem ser de 3 formas como define Carmo (2013):

- abertas – onde os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem a escolha entre um rol de alternativas.
- múltipla escolha - onde os respondentes optaram por uma das alternativas, ou por determinado número permitido de opções.
- dicotômicas - São as que apresentam apenas duas opções de respostas, de caráter bipolar, do tipo: sim/não; concordo/não concordo; gosto/não gosto. Por vezes, uma terceira alternativa é oferecida, indicando desconhecimento ou falta de opinião sobre o assunto.

Além de tudo isso devem ser evitadas perguntas que induzam a respostas, perguntas que não estejam claras, perguntas que tenham duas respostas possíveis para que não haja nenhum problema com a pesquisa.

Dito isso, foi elaborado um questionário no google formulários onde se tinham 13 (questões) questões onde 1(uma) delas era de múltipla escolha e as outras 12 eram abertas onde os participantes poderiam responder com suas próprias palavras (ver apêndice 1).

8.4 Identificação dos Participantes

A identificação dos participantes se deu através de questionário por meio digital do Google, visto que os professores se mantiveram em greve ao longo do desenvolvimento desta investigação, o que impossibilitou o contato direto com os mesmos. E sempre são referidos por números para que não haja o acesso às verdadeiras identidades dos mesmos.

9. Análise dos questionários destinado aos professores de Língua Portuguesa do 3.º Ciclo e dos Manuais Escolares

De todas as etapas da escrita essa foi a mais desafiante, quando enfim pude ir às escolas para começar a fazer as entrevistas os professores entraram em greve, em dezembro de 2022; com isso não consegui realizar nenhuma entrevista. A forma que encontrei para contornar isso foi aplicar o questionário online, mas também foi difícil conseguir as respostas que necessitava. Após uma reunião com a minha orientadora, ela me orientou a falar com os Coordenadores de Departamento de Português de alguns Agrupamentos de Escolas, e por fim conseguir as respostas. Dito isso percebemos que a pesquisa é sempre desafiante e imprevisível.

Também sobre ter acesso aos manuais foi bem difícil devido a situação da greve, então para contornar isso, comprei os 2 manuais (Anexos 2-6) que foram referidos pelos professores nos questionários.

Assim, iremos fazer a análise das questões, para enfim responder a minha pesquisa: Afinal o ensino Português está preparado para um ensino intercultural, especificamente para a variante de Língua Portuguesa do Brasil?

9.1 Análise dos Manuais Escolares

Como já referido em capítulos anteriores, a questão migratória de Brasileiros para Portugal começa entre os anos 1980/1990 e a cada dia vai se tornando mais forte.

No projeto que apresentei para realizar esse trabalho propus analisar os manuais, mas devido a toda a situação que vem ocorrendo no país devido às greves dos professores e também pela falta de colaboração das escolas, comprei os 2 manuais referidos pelos professores, pois entrei em contato com as editoras e elas não tinham mais manuais de oferta.

Apesar de ter 3 respostas do questionário sobre o Manual Mensagem 9.º, este não existe; penso que na hora de responder, como era uma resposta de múltipla escolha, os professores podem ter se confundido ou até podem ter clicado sem perceber e selecionado o ano de escolaridade errado, visto que esse Manual com tal nome é utilizado no 7.º e 8.º ano como foi confirmado no site e também no e-mail enviado a Editora.

Conforme as Aprendizagens Essenciais que são definidas pela Direção Geral da Educação, os Manuais devem adotar certos textos, para serem trabalhados algumas Competências.

Será feita a análise de manual que está a ser utilizado no ano de 2022/2023 para ver se fala sobre essas variedades que a língua portuguesa tem tão presente, com seus milhões de falantes por todo o mundo.

Foram selecionados dois dos manuais que foram apresentados nos questionários que os professores responderam.

Para realizar a análise identifiquei 6 pontos que são fundamentais para poder chegar à conclusão se os manuais trazem as outras variantes da Língua Portuguesa.

O primeiro ponto é a identificação dos manuais:

- (Para)Textos - Português 9.º Ano - Ana Miguel de Paiva, Gabriela Barroso de Almeida, Noémia Jorge e Sónia Gonçalves Junqueira. Porto Editora. 2022
- A Par e Passo - Português 8.º Ano - Carla Marques e Ana Paula Neves Editora Asa. 2022

O Segundo ponto é o número de textos que integra o manual:

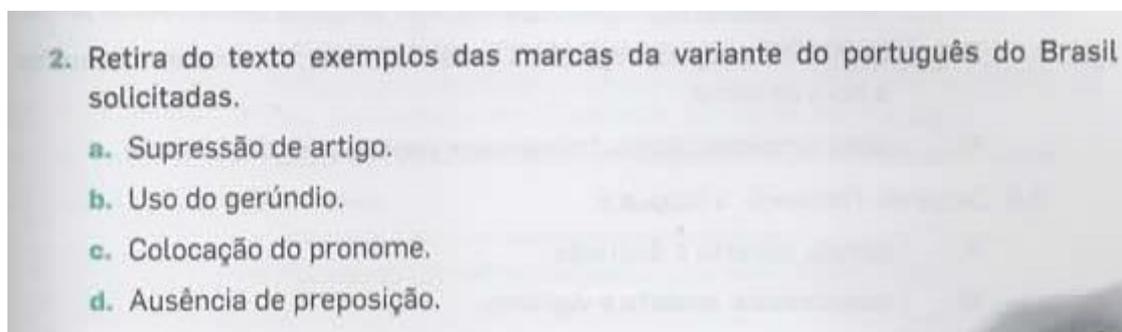
- O Manual (Para) Textos é dividido em 4 unidades, com um total de 48 textos. A quantidade de textos por unidades varia entre 9,12 e 16 textos.
- O Manual Par e Passo é dividido em 4 Unidades com um total de 44 textos. A quantidade de textos por unidades varia entre 5, 7 e 10 textos

O terceiro ponto que é de suma importância para o trabalho é quais as nacionalidades desses autores:

- No Manual (Para) Textos, dos 48 textos, tem 3 textos de autores Brasileiros que são Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e José Mauro de Vasconcelos e tem 1 frase com exemplo da autora Brasileira Cecília Meireles e 1 música da Banda Trovante que também é do Brasil. Também há 2 textos de autores pertencentes à CPLP que são José Eduardo Agualusa e Ondjaki.
- No Manual A Par e Passo, dos 44 textos, apenas 1 é de autor Brasileiro que é o Jorge Amado e também há um texto do Mia Couto que é um autor Moçambicano.

Outros pontos importantes são as temáticas que são abordadas nos manuais, se algum texto fala sobre as variantes e se tem textos escritos em outras variantes da Língua Portuguesa.

Partindo desses pontos, a análise feita no Manual A Par e Passo é que nele possui apenas um texto do Jorge Amado onde existe uma atividade sobre a variante do português do Brasil. A atividade que tem sobre a variante pede que os alunos retirem do texto exemplos das marcas da variante do Português do Brasil.

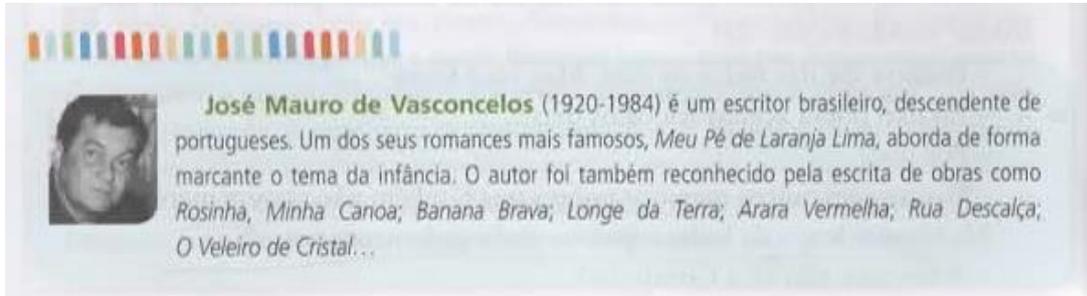


O único texto que tem a variante do Português do Brasil é o texto do Jorge Amado, A primavera, pág. 96, na Unidade 2 - Texto Narrativo, essa Unidade é subdividida em 3 partes que são: Sonhos, Quotidiano: Dias Normais e Dias Involgares (onde se está no texto do Jorge Amado) e Acontecimentos Inesquecíveis.

Outra coisa que me chamou atenção foi que no referido manual quase todos os textos de autores portugueses têm uma breve biografia, enquanto de autores de outras

nacionalidades não se faz nenhuma referência sobre sua nacionalidade, livros que já foram escritos pelo mesmo, etc.

Já no Manual (Para) Textos, tem mais textos de autores brasileiros e tem a Biografia do José Mauro de Vasconcelos, Machado de Assis e dos 2 autores da CPLP.



Neste manual tem 2 atividades sobre a questão da variante Brasileira da Língua Portuguesa. As atividades consistem em ler um texto e responder a perguntas relacionadas ao mesmo.

A primeira atividade consiste em preencher um quadro com respostas tiradas do texto conforme o que é solicitado, uma frase sobre o gerúndio, outra sobre o uso do pronome pessoal antes do verbo, omissão do determinante artigo definido e a utilização de vocabulário diferente. A segunda parte dessa atividade consiste na questão fonética, pois algo que diferencia as variantes Portuguesas e Brasileiras é a questão fonética, enquanto nós brasileiros falamos as vogais mais fechadas os portugueses falam elas mais abertas, como por exemplo, bebé (Português de Portugal) - bebê (Português do Brasil), também a questão que falamos nas frases terminadas em /l/ com som de /u/.

GRAMÁTICA

1. O excerto que leste está escrito na variedade brasileira do português, apresentando, por isso, especificidades relativamente à variedade europeia.

1.1. Preenche o quadro, no teu caderno, com exemplos retirados do texto.

Variedade brasileira do português	Exemplos do texto
Uso frequente do gerúndio	a. <i>ficou acomodado(a)</i>
Uso do pronome pessoal antes do verbo	b.
Omissão do determinante artigo definido	c.
Utilização de vocabulário diferente	d.

1.2. As diferenças entre as variedades brasileira e europeia não se restringem à escrita, ocorrendo também na oralidade.

1.2.1. Lê, em voz alta, as seguintes palavras e identifica as características da sua pronúncia.

- "dinheiro" • "falar" • "nariz" • "alguma"
- "amarra" • "pode" • "afinal" • "flor"

a. Vogais fechadas pronunciadas como abertas *falac, nariz, amarr, afinar*

b. Pronúncia diferente do /t/ e do /d/ *maior, afinar*

c. Pronúncia diferente do // em final de sílaba *afinal*

d. Omissão ou reforço do // em final de palavra *flor, falar*

2. A relação entre Zezé e a professora determina a forma como se tratam.

2.1. Completa o texto abaixo, no teu caderno, refletindo sobre a forma como a relação entre os interlocutores condiciona as formas de tratamento.

- "senhora" • respeito • informal • "você" • formais
- "coração de ouro" • "Dona Cecília" • afeto • proximidade

Zezé dirige-se à sua professora, tratando-a por **a** ou por **b**. Desta forma, e ao recorrer a formas de tratamento **c**, o menino revela **d** pelo seu interlocutor. Por sua vez, a professora dirige-se a Zezé e trata-o por **e**. No português brasileiro, o uso deste pronome corresponde a uma forma de tratamento **f**, reveladora de alguma **g**, o que, neste caso, é reforçado pelo uso da expressão **h**, com a qual a professora demonstra o **i** que sente pelo menino.

Para além dessas diferenças, também tem a questão do gerúndio que no Português do Brasil é muito forte e em Portugal não. Enquanto no Brasil se pergunta “O que você está fazendo?”, em Portugal a pergunta é “O que estás a fazer?”, também o uso dos pronomes que são diferentes.

Na atividade eles devem identificar essas diferenças, apesar de não dizer que está errado, também não tenta quebrar o pré conceito que os brasileiros falam errado ou falam “brasileiro”, não mostra que apesar de ser a mesma língua vai haver muitas diferenças.

Já no caderno de atividades tem também uma atividade que é para ler um texto, identificar qual a variante (tem a variante africana e brasileira), depois a próxima atividade é para retirar partes dos textos conforme solicitado e na última atividade reescrever o texto na versão europeia do Português.

Mas em nenhum momento fala sobre as variantes do Português, como foi feita a análise dos manuais dos alunos e não dos professores, não sei dizer se no manual destinado aos professores faz alguma referência para ter essa explicação ou gerar esse debate.

9.2 Analisando as respostas

Em um país tão rico em tradições e história como Portugal, vemos chegar e partir estrangeiros que deixam nele a sua marca. Apesar de muitos imigrantes virem há décadas para Portugal, “Na sociedade portuguesa parece existir um défice de conhecimentos da diversidade cultural e de diálogo intercultural.” (Vieira, 2011, p.92).

Muitas pessoas migram por necessidade, por causa de Guerras, como é o caso dos Ucrânios que têm sido recebidos, em diversos países da União Europeia, outras migram em busca de novas oportunidades.

A escolha do tema foi muito fácil, pois estou bastante ligada a ele, visto ser imigrante do Brasil e também formada em Letras, por algum tempo fui professora de Língua Portuguesa no Brasil, sei as dificuldades inerentes da disciplina e imagino que em Portugal seja da mesma forma e penso que devido ao grande número de imigrantes, principalmente nós brasileiros, deve ser um desafio para os professores lidarem com essa variante. Apesar das opiniões se dividirem em relação a isso, muitos acreditam que nós falamos “errado” e que chega a ser um vício para os mais novos.

A pesquisa foi realizada através do formulário do google, onde enviei um *email* para as escolas e também grupos de *facebook* de professores para que fosse respondida, apesar de no projeto estar que iria entrevistá-los não foi possível devido à greve e também senti uma certa dificuldade em contactar com os professores, pois nas vezes que fui às escolas me eram passados e-mails dos diretores para entrar em contato, e nenhum desses e-mails foi respondido.

A pesquisa foi totalmente anônima e todos os fins das respostas foram utilizados apenas para fins acadêmicos, por isso nomeei os três professores por números, para que haja melhor compreensão na leitura.

A primeira pergunta foi sobre o ano que o professor lecionava, como pode ser visto no gráfico abaixo não foi possível obter a resposta de nenhum professor do 7.º ano, tendo então 1 resposta sendo do 8.º ano e 2 do 9.º ano.

Pergunta: É professor (a) de qual ano?		
7.º ano	8.º ano	9.º ano
0	1 resposta	2 respostas

Na segunda pergunta queria saber sobre o manual escolar e podemos ver que mesmo tendo 2 respostas de professores do mesmo ano os manuais utilizados são manuais diferentes. Como já vimos mais acima, cada escola pode escolher dentre os manuais que são disponibilizados pela Direção Geral Escolar, e a partir da realidade da sua escola e alunos fazem seguindo o que exigem as Aprendizagens Essenciais de Cada ano, o manual que mais se encaixa na sua realidade.

Pergunta: Qual o manual utilizado esse ano?	
Professor 1	Mensagens
Professor 2	A Par e Passo 8 - Manual
Professor 3	(Para)Textos - Português - 9.º Ano

A escolha dos manuais escolares de língua portuguesa para o 3.º ciclo de ensino em Portugal é de extrema importância, pois esses manuais desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

Em primeiro lugar, os manuais escolares são um recurso didático essencial para os professores, pois eles são elaborados por especialistas na área e contêm uma seleção de conteúdos, atividades e exercícios que seguem as diretrizes do currículo nacional. Além disso, os manuais oferecem sugestões de atividades e estratégias de ensino que ajudam os professores a desenvolver aulas mais dinâmicas e envolventes.

Em segundo lugar, os manuais escolares são uma ferramenta importante para os alunos, pois eles fornecem um guia para o estudo da língua portuguesa. Os alunos podem usar os manuais como uma referência para revisar conceitos, esclarecer dúvidas e desenvolver habilidades linguísticas.

Por fim, a escolha dos manuais escolares de língua portuguesa para o 3.º ciclo de ensino em Portugal é importante para garantir que os alunos tenham acesso a materiais atualizados e adequados às suas necessidades e interesses. Os manuais escolares devem levar em consideração as mudanças sociais, culturais e tecnológicas que ocorrem na sociedade, bem como a diversidade linguística e cultural dos alunos.

Nessa pergunta tivemos apenas 2 respostas apesar de todas serem agrupadas, isso acontece, devido na primeira versão do formulário ter sido elaborada a pergunta anterior e próxima junto a essa, assim, o professor 1 apenas respondeu sim para as três perguntas.

Como pode ser visto na tabela abaixo, apenas o professor 3 é mais específico de quais são os critérios. Mas mesmo assim, fica uma resposta vaga, pois não sabemos o que foi apresentado nessas reuniões.

Pergunta: Sabe quais os critérios que estiveram na base dessa escolha?	
Professor 1	Sem resposta
Professor 2	Sim
Professor 3	Através de reuniões na ótica do CP

Sobre a questão da adoção dos manuais escolares nas escolas portuguesas, no site da Direção Geral de Educação (DGE) é explicado que:

A adoção de manuais escolares pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas é da competência do Conselho Pedagógico do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, sob proposta dos departamentos curriculares em que se integre a respectiva disciplina, devendo ser devidamente fundamentada em grelhas de apreciação elaboradas para o efeito pelo Ministério da Educação, tendo em conta a calendarização pré estabelecida pela publicação em Diário da República, 2.ª Série, n.º 94, do Despacho n.º 4947-B/2019, de 16 de maio, alterado pelo Despacho n.º 11 074/2020, de 11 de novembro, pelo artigo 8.º do Despacho n.º 4794-B/2021, de 12 de maio e pelo Despacho n.º 12055/2021, de 10 de dezembro, o qual, atualiza o calendário de adoção de manuais escolares para o ano de 2022, com efeitos no ano letivo de 2022/2023.

Como explicado acima temos também apenas 2 respostas a essa pergunta, e as duas respostas vão ao encontro com aquilo que é estabelecido por lei, que em Portugal, a escolha dos manuais escolares é feita pelas escolas em conjunto com os seus professores. O Ministério da Educação envia os livros que já foram analisados previamente e estão de acordo daquilo que é esperado e cabe às escolas escolherem os manuais que melhor se adequam às suas realidades escolares.

Pergunta: Quem escolheu o Manual a ser usado?
--

Professor 1	Sem resposta
Professor 2	Conselho Pedagógico
Professor 3	Comissão formada por professores do Departamento Curricular de Português

As perguntas que se seguem são mais específicas sobre nacionalidade e sobre as opiniões dos professores.

Apesar do gráfico ter considerado respostas diferentes apenas devido ao uso da pontuação, é unânime que nas salas de aulas portuguesas, em sua grande maioria, tenha ao menos 1 aluno de outra nacionalidade.

Devido ao número de imigrantes que tem aumentado com o passar dos anos em Portugal é normal que se tenha cada vez mais alunos de outras nacionalidades nas salas de aulas portuguesas.

Pergunta: Tem alunos de outras nacionalidades?	
Sim	3 repostas
Não	0 repostas

Pergunta: Quantos alunos brasileiros têm na sua sala?	
Professor 1	Sem resposta
Professor 2	2
Professor 3	3

O professor 1 apenas considerou a resposta acima, como tendo alunos de outras nacionalidades em sua sala de aula, e ela não especificou quantos seriam os alunos Brasileiros. Já o professor 2 e 3 especificaram que têm 2 e 3 alunos, respectivamente.

Segundo o Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, no Artigo 5.º:

- Constituição de turmas nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico
- 1 - As turmas dos 5.º e 7.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos.
 - 2 - As turmas dos 6.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.

Sendo assim, a porcentagem de alunos brasileiros em uma sala de aula é baixa, mas mesmo assim expressiva se for levado em consideração o montante em um agrupamento de escolas ou em todo o território português.

Pergunta: Acha que o manual aborda a questão intercultural, especificamente, as variedades da Língua Portuguesa, em particular a variante Brasileira?	
Professor 1	Sim.
Professor 2	O manual traz alguns autores do PNL aliando algumas obras que ajudam no trabalho interdisciplinar e do proposto pelo ENEC
Professor 3	Sim, tem inclusivamente uma unidade dedicada às diversas variantes da Língua Portuguesa.

Nessa questão é unânime que os manuais utilizados nesse ano letivo de 2022/2023 abordam a questão das variantes das línguas. Ter isso nos manuais é algo que ajuda a reduzir os preconceitos devido à forma com que os brasileiros falam, mostram que não existe uma língua “brasileiro”, como muitos dizem, e sim uma língua portuguesa e suas variantes.

A interculturalidade é uma abordagem importante na educação, especialmente quando se trata do ensino de línguas estrangeiras. Em Portugal, nos manuais de língua portuguesa do 3º ciclo, a interculturalidade é um tema relevante, mas não é o foco principal.

Geralmente, os manuais de língua portuguesa no 3º ciclo incluem uma secção ou um capítulo dedicado à cultura portuguesa, apresentando informações sobre história, literatura e tradições do país. No entanto, muitos manuais também apresentam informações sobre outras culturas, especialmente as que têm influência histórica em Portugal, como a cultura africana e brasileira.

Alguns manuais também incluem atividades que incentivam a reflexão sobre a diversidade cultural e a compreensão intercultural. Essas atividades podem incluir leituras de textos de diferentes culturas, discussões sobre diferenças culturais e exercícios de comparação cultural.

No geral, é possível observar uma preocupação em incluir a interculturalidade nos manuais de língua portuguesa no 3º ciclo em Portugal, mas ainda há espaço para uma abordagem mais ampla e abrangente sobre o tema.

Pergunta: Conhece as políticas portuguesas a nível da interculturalidade? Acha que as políticas de interculturalidade são bem implementadas nas escolas portuguesas? Porquê?	
Professor 1	Sim.
Professor 2	Não conheço as políticas portuguesas a nível da interculturalidade. No entanto, considero que deve ser tomada alguma atenção sobre esta temática.
Professor 3	Sim. Na escola tem atividades que abordam as diferentes culturas dos perfis migratórios.

Nessa questão vemos que um dos professores não têm conhecimento sobre as políticas de interculturalidade que o Governo Português oferece.

Apesar de, desde 1991, Portugal ter criado

Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (Despacho Normativo 63/91, de 13 de março) surgiu como resposta à crescente diversidade cultural e linguística em meio escolar, com vista à coordenação, incentivo e promoção de programas e ações que visassem a educação para os valores da convivência, da tolerância, do diálogo e da solidariedade entre diferentes povos, etnias e culturas.

E não parou por aí. Durante anos, foram criadas outras ações para promover a interculturalidade que a cada ano cresce em Portugal e isso é refletido em sala de aula. Algumas dessas ações são kits para as escolas com materiais que abordam a questão intercultural, o selo das escolas interculturais. 2007 também foi o ano que a interculturalidade se tornou tema oficial do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP), também no mesmo ano foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Plano de Integração de Imigrantes.

Mas apesar da falta de conhecimento, o professor acha importante que se fale mais sobre o tema nas escolas.

Portugal tem políticas e iniciativas de interculturalidade que visam promover a igualdade, a diversidade e a inclusão de pessoas de diferentes origens e culturas. Uma dessas políticas é a Lei da Imigração, que regula o acesso e a permanência de estrangeiros em Portugal. Além disso, existem políticas para promover a integração de migrantes e refugiados, bem como medidas antidiscriminação e de igualdade racial.

Quanto à implementação das políticas de interculturalidade nas escolas portuguesas, há um esforço em promover a educação intercultural e o diálogo entre culturas na sala de aula. As escolas são incentivadas a promover a diversidade cultural e a valorizar as diferentes origens dos alunos. No entanto, há desafios na implementação dessas políticas, como a falta de formação de professores e recursos insuficientes para atender às necessidades dos alunos migrantes e seus familiares.

Pergunta: O governo oferece algum tipo de formação sobre a interculturalidade?	
Professor 1	Sim.
Professor 2	Desconheço.
Professor 3	Sim

Assim como na pergunta anterior, temos um professor que desconhece sobre os planos de formação oferecidos pelo Governo Português, sendo que no site do Observatório das Migrações fala sobre a Bolsa de Formadores que foi umas das iniciativas que Alto Comissariado para as Migrações disponibiliza para a comunidade. Essa bolsa, como diz no próprio site, é "dirigida a cidadãos e cidadãs, profissionais e entidades que, direta ou indiretamente, estejam ligados às questões da Interculturalidade e das Migrações."

Um dos módulos desta oferta formativa é voltado para a Educação Intercultural em contexto escolar. Tanto pode ser feito presencialmente, como online, e como podemos ver na imagem abaixo, tem como público alvo o pessoal docente e não docente.

Para ter acesso a esta formação precisa atender alguns critérios como um número mínimo de participantes, entre outros que podem ser consultados no site do Alto Comissariado Para As Migrações, é uma formação sem custos para a entidade onde será realizado.

Para além desse módulo com o tema da Educação Intercultural nas Escolas, tem também sobre a Cultura Cigana, sobre a Lei de Imigração, entre outros temas importantes para a comunidade imigrante.

"Educação Intercultural em Contexto Escolar"

6 horas presencial

4 horas online

OBJETIVO GERAL

- Contribuir para a aquisição de conhecimentos e para a utilização de abordagens e estratégias pedagógicas, no âmbito da educação intercultural em contexto escolar.

DESTINATÁRIOS/AS

- Este módulo destina-se a docentes dos vários níveis de ensino e outros profissionais que atuam em contexto escolar.

Pergunta: Na sua formação inicial ou contínua realizou formação para a interculturalidade?	
Professor 1	Sem resposta.
Professor 2	Não
Professor 3	Sim

Nessa pergunta, o professor 1 não a respondeu, devido ela estar agrupada com a pergunta anterior. Já o professor 2, deu uma resposta negativa, sendo assim apenas o professor 3 a afirmar que teve acesso a algum tipo de formação sobre a interculturalidade.

Como vimos na pergunta anterior, o Governo Português oferece formações sobre o tema interculturalidade e outros temas referentes à melhor integração dos imigrantes. Após a leitura no site não ficou claro como são divulgadas tais formações.

A interculturalidade é um conceito que se refere ao encontro e interação entre diferentes culturas, valorizando a diversidade e promovendo o diálogo e a troca entre elas. É um processo dinâmico que envolve a compreensão e o respeito mútuo, a fim de construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

De acordo com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a interculturalidade é "a presença e interação equilibrada de diversas culturas e

grupos étnicos dentro de uma sociedade". Ela se manifesta na vida cotidiana de forma natural e espontânea, em situações de interação social e de troca de informação, onde a diversidade cultural é respeitada e valorizada".

Além disso, a interculturalidade é vista como um elemento importante na construção da paz e da cooperação entre os povos. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a interculturalidade é um dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável, pois promove a igualdade, a justiça e a inclusão social.

Pergunta: Como gere a questão das diferentes variantes da Língua Portuguesa, principalmente a brasileira?	
Professor 1	Em Portugal falo e escrevo português de Portugal. Os alunos falam e escrevem conforme o país de onde vêm.
Professor 2	Ensinamos a variante portuguesa mas entendo que um aluno recém chegado do Brasil não saiba utilizar o português de Portugal. Com o tempo acabará por o adotar.
Professor 3	É necessário informar das variantes existentes na língua portuguesa. Nenhuma é errada mas é necessário saber explicar que em cada país se utiliza determinada variante.

A partir dessa pergunta, elas são mais específicas ao tema da minha pesquisa, pois são nelas que vejo, pelo olhar dos professores, como a imigração principalmente dos brasileiros, é vista, e principalmente como lidam, com tantos alunos falando uma variedade da Língua Portuguesa diferente da de Portugal.

A resposta do professor 1 é apenas que ele fala na variante nativa dele, ou seja, a de Portugal, e os alunos falam dele, ou seja, se forem brasileiros, iriam falar com a variante brasileira.

O professor 2 já percebe que no início os alunos terão uma certa dificuldade para falar com a variante de Portugal e com o tempo ele poderá vir a adotar essa variante.

O professor 3, tem a opinião que se deve ter o ensino das variantes da Língua Portuguesa, mostrando que nenhuma é errada, e sim que cada país tem sua própria variante, mas todos falamos a mesma língua.

Dessa forma, os professores em Portugal, principalmente de Língua Portuguesa, devem levar em consideração o grande número de alunos brasileiros que chegam nas escolas todos os anos nos últimos tempos, para que haja um ensino das outras variantes, para que haja a quebra do estereótipo de que os brasileiros falam errado e apenas os portugueses que falam certo.

Como bem sabemos, a língua portuguesa é uma unidade formada por muitas variedades, são essas variedades que fazem ela ser única. Assim, como um aluno que quando começa a frequentar a escola já sabe uma variante da língua, pois ele está inserido em uma sociedade falante, ao chegar em Portugal ele também já vem com a sua variante, ou seja, a do Brasil e ela não deve ser simplesmente “julgada como errada” e sim uma forma de trabalhar alguns aspectos da língua e também o respeito pelo diferente.

Já linguisticamente falando, as pesquisas atuais mostram que a língua não é homogênea e deve ser compreendida de acordo com as características do ser humano, incluindo sua diversidade, compreensão e propensão à mudança.

Devido a inúmeros fatores, incluindo fatores sociais, históricos, geográficos e culturais, torna - se impossível nivelar o idioma. Para entender melhor esse processo baseado na linguagem, é necessário aceitar as variações e entender o que as causa.

Não aceitar que o Português irá ter as variantes e variações faz com que os falantes de Português do Brasil venham a sofrer o preconceito linguístico, seja dentro ou fora de sala de aula.

Um dos mitos que impulsiona e alimenta o preconceito linguístico é que só em Portugal se sabe falar Português. Porém, Bagno (2006) afirma fortemente “que o brasileiro sabe sim, falar português, o que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal” (p. 24).

O Português do Brasil sofreu a influência de diversas línguas Indígenas e Africanas, por isso tem a grande diferença nas formas que se fala em Portugal e Brasil.

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros (os que falam outra

língua) falem diferente. Mas não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente. (Possenti, 1996, p. 29).

Como bem falado por Possenti, aceitamos e até achamos certa graça, por exemplo, quando um Norte Americano ou um Britânico está a falar em Português, mesmo que existam vários erros mais graves que apenas o uso do gerúndio que é o que marca muito a diferença entre um falante do Brasil e um falante de Portugal.

Essa afirmação de Possenti destaca que o preconceito linguístico é mais intenso e enraizado quando se trata de diferentes variedades de uma mesma língua, em comparação com a comparação entre línguas distintas. Isso ocorre porque o preconceito linguístico está relacionado a fatores históricos, culturais e sociais, que moldam a forma como as pessoas veem e valorizam as diferentes formas de linguagem.

As pessoas tendem a aceitar que aqueles que falam uma língua diferente tenham uma maneira diferente de se comunicar. No entanto, quando se trata de diferentes variedades de uma mesma língua, as pessoas podem considerar que algumas formas de falar são "erradas" ou "inferiores" em relação a outras. Isso pode levar a uma discriminação linguística, na qual as pessoas são julgadas e estereotipadas com base em sua forma de falar.

As razões para essa discriminação são diversas, incluindo questões de poder, status social, educação e cultura. As pessoas podem associar certas formas de falar com diferentes grupos sociais, como classe social, gênero, etnia ou região, e, assim, usar a linguagem como uma maneira de discriminar esses grupos.

Em resumo, o preconceito linguístico é um problema complexo que afeta a forma como as pessoas se comunicam e interagem. A discriminação é mais intensa quando se trata de diferentes variedades de uma mesma língua, e isso ocorre por causa de fatores históricos, culturais e sociais que moldam a percepção que as pessoas têm sobre as diferentes formas de falar.

Pergunta: Quais os benefícios e prejuízos de as crianças portuguesas lidarem usualmente com a variante brasileira da língua portuguesa?	
Professor 1	Benefícios, nenhum. Prejuízos, muitos.
Professor 2	Atualmente existe alguma confusão nas crianças e jovens relativamente ao uso do brasileiro e do português. Muito pela

	influência, muitas das vezes descontrolada pelos pais, dos meios digitais.
Professor 3	Como prejuízo o facto de os alunos confundirem as variantes da língua no seu quotidiano. Como benefício, talvez a longo prazo se consiga unificar mais a língua portuguesa.

Essa pergunta e a próxima foram as que mais me deixaram curiosa sobre as respostas que as mesmas teriam. Apesar do receio que estava com as respostas, apenas o professor 1 foi o que respondeu aquilo que vem sendo propagado na mídia e por algumas pessoas preconceituosas.

Como vimos na pergunta anterior, muitos alunos ou apenas falantes da variante do Português do Brasil, sofrem com o preconceito linguístico por não falar a variante de Portugal. Já foi referido em capítulos anteriores sobre a integração do imigrante em Portugal ou em um novo país, e um dos pontos é a questão de conhecer a língua, ou seja, saber se comunicar, mas esse ponto em Portugal se torna mais difícil, pois os Brasileiros e os outros imigrantes do PALOP sabem a Língua, mas sofrem preconceito por não falar com o Português de Portugal.

Já o professor 2, tocou em um ponto muito importante principalmente nas gerações mais novas, que ainda estão no processo de alfabetização, o uso descontrolado das tecnologias. Se deixarmos as crianças nessa fase ouvir muitas músicas, ver vídeos ou ter contato com pessoas que falam uma Língua diferente, é claro que ela vai aprender a falar algumas palavras ou até frases e se tratando do Português do Brasil, que é a mesma língua, vai ser mais fácil ela aprender palavras que são mais utilizadas nessa variante e até o sotaque.

O professor 3 também fala sobre essa mistura das duas variantes, que são inevitáveis, pois assim como os brasileiros que vêm para Portugal acabam por adotar algumas palavras e expressões com os Portugueses também acaba por acontecer o mesmo. Mas ele também levanta uma questão interessante e que apenas o tempo poderá nos dizer, será que com tantos falantes de diversas variantes da Língua Portuguesa ela poderá ficar mais uniforme com o passar dos anos? Como a Língua é viva e sempre sofre mudanças não dá para prever o que irá acontecer e se vai acontecer. Porém, quanto mais variedades nossa língua e todas as outras tenham é algo enriquecedor.

Cezário & Votre (2008) apontam sobre como os professores podem acabar com esse tipo de preconceito linguístico e de muitos outros:

cria nos (futuros) professores uma visão menos preconceituosa e incentiva-os a valorizar todos os dialetos e à mostrar à criança que o dialeto culto é considerado melhor socialmente, mas que estrutural e funcionalmente não é nem melhor nem pior que o dialeto da comunidade do aluno. (p.152)

Essa afirmação sugere que a formação de professores pode ajudá-los a adotar uma visão mais inclusiva e menos preconceituosa em relação aos diferentes dialetos e formas de falar de seus alunos. Isso é importante porque muitas vezes existe uma hierarquia social em relação à língua falada, com a variedade culta sendo valorizada e considerada mais "correta" ou "superior" em relação às variedades regionais ou populares.

A ideia é que os professores, ao entenderem que essa hierarquia não é baseada em critérios linguísticos objetivos, mas sim em fatores sociais e culturais, possam valorizar todas as formas de fala e ajudar seus alunos a desenvolver habilidades linguísticas em diferentes contextos.

Essa abordagem pode ajudar a construir um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua origem geográfica ou socioeconômica. Além disso, pode incentivar os alunos a se orgulharem de sua identidade linguística e a reconhecerem a importância de sua própria variedade dialetal.

Aqui no caso o dialeto do aluno é o Português do Brasil, que é tido por errado, como relatado na reportagem comentada nos capítulos anteriores.

Pergunta: Acha que a variante brasileira acaba por atrapalhar os alunos portugueses?	
Professor 1	Atrapalha e prejudica. É uma variante mais simples e empobrecida.
Professor 2	Uma vez que os alunos portugueses têm que escrever e comunicar com recurso à variante portuguesa, acaba por atrapalhar devido às confusões que as crianças e jovens fazem hoje em dia.
Professor 3	Diria apenas que atrapalha porque não sabem aplicar a diferença da variante

	brasileira com a variante portuguesa. Uma vez que em Portugal se utiliza a variante portuguesa, têm que escrever e comunicar com essa variante.
--	---

Antes de fazer a análise dessa última pergunta, precisamos definir o que é variante. Variantes são elementos gramaticalmente diferentes usados para expressar o mesmo significado dentro de um idioma. Por exemplo, as formas "a gente" e " nós", respectivamente, são duas variantes que transmitem a ideia da primeira pessoa do plural no Português do Brasil. Já em Português de Portugal a forma "a gente" é considerada "errada", já vi pais corrigirem seus filhos por falarem 'a gente' ao invés de 'nós'.

Variantes linguísticas são variações na maneira como as pessoas falam ou escrevem em uma língua, dependendo de diversos fatores, como a região geográfica, a idade, o gênero, o nível de educação, a etnia, entre outros. Essas variações podem incluir diferenças no vocabulário, na pronúncia, na gramática e no uso da língua em diferentes contextos sociais e culturais.

Por exemplo, no Brasil existem diferentes variantes do português, como o português brasileiro falado no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Salvador, que apresentam diferenças em relação ao vocabulário, à pronúncia e à gramática. Além disso, o português falado por pessoas de diferentes classes sociais, idades e etnias também pode variar. A compreensão e o uso dessas variantes são importantes para uma comunicação efetiva em diferentes contextos e para o respeito à diversidade cultural e linguística.

É evidente que a variante do Português de Portugal deve ser a predominante. Sendo assim, essa variante predominante tem o status de honra em uma comunidade linguística, e as avaliações de seu valor são tipicamente da variedade "melhor" ou "correta" em oposição à variante do Português do Brasil como "pior" ou "errônea". Esse rótulo é atribuído a todas as variantes diferentes da que tenham maior grupo de falantes ou que seja a mais forte.

Porém, Bagno (2013) nos relembra e nos faz pensar sobre o futuro: "muito do que hoje é tido como certo e aceitável já foi considerado errado em tempos passados; desse modo, muito do que hoje é tido como errado e inaceitável pode perfeitamente bem vir a ser considerado bom, bonito e certo no futuro" (p. 12).

Essa afirmação aponta para a ideia de que os valores e as normas culturais são mutáveis e evoluem ao longo do tempo. O que é considerado aceitável e certo em uma época pode ser considerado errado ou inadequado em outra, e vice-versa.

Relacionado à língua portuguesa, podemos pensar em várias mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Por exemplo, palavras e expressões que eram comuns em português antigo podem não ser mais usadas ou podem ter um significado diferente no português atual. Da mesma forma, as regras gramaticais e ortográficas também podem mudar ao longo do tempo.

É importante lembrar que a língua é uma construção social e, portanto, está sujeita a mudanças de acordo com as mudanças na sociedade e na cultura. Algumas mudanças podem ser vistas como positivas, enquanto outras podem ser vistas como negativas. O importante é entender que a língua está em constante evolução e que as mudanças são normais e fazem parte do processo natural de desenvolvimento da linguagem.

Contudo, antes de Bagno já falar sobre essas diferenças, Cunha (1986), já também falava sobre as diferenças entre o Português do Brasil e Português de Portugal

Rebentos de um mundo novo, descoberto e colonizado por povos europeus de larga vida anterior, as nações americanas amanheceram na liberdade política sem haverem construído uma pátria cultural, com as elites dirigentes de olhos fixos nos padrões europeus, concebidos então como únicos e exemplares modelos de civilização e cultura. Daí o drama dilacerante que viveram essas elites no século passado, com duas pátrias inconciliáveis – a do berço e a do espírito – e com todos os complexos, angústias e frustrações provocados pelo humilhante sentimento de bastardia. (p.16).

Por isso, não é a observância de regras estabelecidas no continente europeu que valida o uso de uma língua ou o nome que ela dá a alguém. Existem certas marcas positivas que fazem com que o Português do Brasil seja característico do Brasil e diferente do português europeu. Assim, como diz Cardoso (2015)

Os falantes de língua portuguesa nascidos em Portugal não são mais nem menos donos, proprietários, da língua, do que os brasileiros que nasceram na América do Sul, e que tomaram sua língua emprestada, inicialmente, tornando-se esta sua, ao longo do tempo, devido à assimilação ininterrupta pelas gerações posteriores. (p. 11).

Nem os falantes da América do Sul e nem de outras partes do planeta são menos falantes do Português.

Partindo para análise das respostas, o professor 1 nos diz que “Atrapalha e prejudica. É uma variante mais simples e empobrecida.” Não seria aqui uma oportunidade para o professor poder ensinar sobre as variantes de forma ativa onde os alunos têm a possibilidade de ouvir uma variante diferente ao vivo e não apenas por meio de vídeos ou áudios? Aqui também temos que entrar na questão de que a comunidade escolar, principalmente os professores em Portugal, já são mais velhos, o que nos leva a pensar se, por isso, essa diversidade pode ser vista com um olhar mais conservador e receoso.

Tabela B.I.2. Idade média dos docentes, por nível de ensino, natureza do estabelecimento de ensino e NUTS II (2020/2021)

Nível de ensino e natureza NUTS II	Educação pré-escolar			1.º Ciclo do ensino básico			2.º Ciclo do ensino básico			3.º Ciclo do ensino básico e ensino secundário		
	Público	Privado		Público	Privado		Público	Privado		Público	Privado	
		Dependente do Estado	Independente		Dependente do Estado	Independente		Dependente do Estado	Independente		Dependente do Estado	Independente
Continente	54	45	41	50	41	40	52	47	43	51	46	44
Norte	55	45	40	50	43	40	52	45	43	44	43	52
Centro	56	45	41	51	41	40	53	50	43	48	44	51
A.M. Lisboa	52	45	42	48	40	40	50	44	43	44	45	50
Alentejo	54	45	39	50	38	39	52	48	44	47	48	49
Algarve	51	41	41	48	36	40	50	0	44	49	0	45

Como podemos ver na tabela acima, os últimos dados disponíveis do Perfil docente do ano letivo de 2020/2021, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, mostra que a média de idade dos professores do 3.º Ciclo no Ensino Público é de 51 anos, já no privado a média é de 46 anos, com isso devido alguns fatores e questões culturais e temporais é mais difícil aceitar tais mudanças e misturas de culturas.

O professor 2 também deu uma resposta não tão positiva, “Uma vez que os alunos portugueses têm que escrever e comunicar com recurso à variante portuguesa, acaba por atrapalhar devido às confusões que as crianças e jovens fazem hoje em dia.”, porém, não rebaixou a variante brasileira.

Sabemos que por vezes serão usadas palavras ou expressões brasileiras pelos alunos Portugueses, assim como os alunos de nacionalidade brasileira com o tempo também irão

incorporar no seu vocabulário expressões portuguesas. Assim, como os Portugueses que utilizam muita a palavra bué que tem uma raiz muito santomense ou, mais provavelmente, angolana. A partir daí, cada dicionário diz sua própria coisa. O Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa descreve o nome como santomense, angolano e de origem obscura.

Já o professor 3 respondeu: "Diria apenas que atrapalha porque não sabem aplicar a diferença da variante brasileira com a variante portuguesa. Uma vez que em Portugal se utiliza a variante portuguesa, têm que escrever e comunicar com essa variante.", em consenso com os outros professores apenas atrapalha os alunos portugueses.

Já esse professor cita o motivo disso acontecer e que os alunos não sabem na forma teórica sobre as duas variantes. As respostas apesar de serem poucas e não darem para tirar uma conclusão de todos os professores de língua portuguesa de Portugal, nos faz refletir de como é o ensino das diferentes variantes no país que a cada dia recebe mais imigrantes que falam variantes diferentes do Português.

10.Considerações Finais

Confesso que quando escolhi o tema pensei que seria mais fácil obter resultados do que realmente foi, pensei em mudar o tema no meio do percurso, mas como era um tema muito importante para mim continuei mesmo tendo que mudar os caminhos.

Ser imigrante, deixar o lugar onde se nasceu e se aventurar em um novo país, com uma cultura, língua e costumes diferentes nem sempre é fácil. É uma experiência que pode ser desafiadora, mas também gratificante, pois nos permite aprender coisas novas e crescer como indivíduos.

Eu sei como é ser imigrante, pois vim de outro país para buscar novas oportunidades de vida. Foi difícil se adaptar a uma nova cultura e aprender uma nova língua (apesar de ser a mesma língua, são bem diferentes em alguns aspectos), mas foi uma experiência enriquecedora que me permitiu conhecer novas pessoas e entender diferentes perspectivas de mundo.

No entanto, nem sempre é fácil ser imigrante. Muitas vezes enfrentamos barreiras como a discriminação e o preconceito, além de problemas para encontrar trabalho e acessar serviços básicos. Mas acredito que com determinação e perseverança, podemos superar esses obstáculos e contribuir positivamente para a sociedade em que vivemos.

A integração de alunos de diferentes culturas em salas de aula é um desafio importante para o sistema educacional. É crucial que as escolas ofereçam um ambiente acolhedor e inclusivo que valorize as diferenças culturais e promova a igualdade de oportunidades para todos os alunos (Banks, 2001). Para tanto, os professores e gestores escolares devem ser sensíveis às diferenças culturais e estar abertos ao diálogo com os alunos e suas famílias (García & Wei, 2014).

No caso específico dos alunos brasileiros em escolas em Portugal, é importante que haja uma política de formação de professores que prepare os educadores para lidar com a diversidade cultural em sala de aula (Banks, 2001). Além disso, deve haver uma política de apoio aos alunos e suas famílias, para que possam se integrar com sucesso na comunidade escolar (García & Wei, 2014).

Os professores de língua portuguesa podem desempenhar um papel importante ao promover a integração dos alunos brasileiros na escola, oferecendo um ambiente acolhedor e inclusivo em sua sala de aula e incentivando o diálogo e a troca cultural entre os alunos (García & Wei, 2014). Dessa forma, contribuem para a formação de uma comunidade escolar inclusiva, onde as diferenças culturais são valorizadas e respeitadas, e onde todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizagem.

A inclusão de diversas variantes da língua portuguesa nos manuais escolares é fundamental para refletir a diversidade cultural e linguística dos países lusófonos. A diversidade linguística é uma riqueza que deve ser preservada e desenvolvida, pois possibilita aos alunos a compreensão das diferenças e semelhanças entre as diferentes formas de comunicação em diversos contextos sociais e culturais.

Ao incluir as diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares, os estudantes são expostos a uma ampla gama de usos linguísticos e podem desenvolver habilidades linguísticas mais amplas. Conforme destaca Pereira (2021), a exposição a diferentes variantes da língua portuguesa pode ajudar os estudantes a "adquirir maior capacidade de comunicação e interpretação de textos em diferentes contextos socioculturais".

Segundo Pereira (2021), incluir várias variantes da língua portuguesa nos manuais escolares pode ser uma maneira eficaz de ajudar os alunos a desenvolver habilidades linguísticas mais diversificadas, já que eles serão expostos a uma ampla gama de usos linguísticos. Além disso, essa exposição pode contribuir para que os alunos adquiram maior capacidade de comunicação e interpretação de textos em diferentes contextos socioculturais. Dessa forma, a inclusão de diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares pode ser uma forma de enriquecer a aprendizagem linguística dos alunos.

Gomes (2018) defende que a língua é um dos elementos centrais da identidade de um povo e, por essa razão, deve ser valorizada em todas as suas formas e variantes. Nesse sentido, a inclusão de diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares é fundamental para promover uma educação linguística mais inclusiva e respeitosa da diversidade cultural presente nos países lusófonos. Como resultado, os estudantes poderão compreender e

apreciar a diversidade linguística, bem como defender a identidade cultural dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

De acordo com os estudos linguísticos contemporâneos, a língua é uma construção social que reflete a diversidade cultural e histórica dos falantes (Hall, 2011). Sendo assim, a língua portuguesa é uma língua viva e dinâmica, que se transforma e se adapta às diferentes situações de comunicação, contextos geográficos e históricos (Bagno, 2017).

A integração de imigrantes falantes de língua portuguesa é uma questão importante que exige atenção e esforços do governo português. No contexto escolar, é fundamental garantir que esses imigrantes sejam bem acolhidos e integrados à comunidade educativa. Para tanto, o governo pode adotar algumas medidas, como sugere Lemos (2017):

- Disponibilizar recursos de apoio linguístico: "A falta de habilidade linguística é uma das maiores barreiras para a integração" (Lemos, 2017, p. 20). Por isso, o governo pode oferecer programas de apoio linguístico, para que os imigrantes possam se comunicar melhor e entender as instruções em sala de aula.
- Promover a diversidade cultural: A diversidade cultural é uma riqueza que deve ser valorizada, especialmente no ambiente escolar. Segundo Gomes (2019), "é preciso promover a educação intercultural, que busca a convivência pacífica e o diálogo entre culturas diferentes" (p. 75). Para isso, o governo pode incentivar a realização de atividades culturais e palestras sobre as tradições dos países de origem dos imigrantes.
- Fornecer suporte emocional: A adaptação a um novo país pode ser difícil e estressante, principalmente para as crianças. O governo pode disponibilizar recursos de suporte emocional, como psicólogos e assistentes sociais, para ajudar os imigrantes a lidarem com as dificuldades emocionais e psicológicas (Lemos, 2017).
- Garantir a igualdade de oportunidades: Todos os alunos devem ter acesso aos mesmos recursos educacionais e oportunidades. Segundo Gomes (2019), "a educação deve ser inclusiva e equitativa, respeitando as diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades" (p. 75). Para isso, o governo pode disponibilizar programas de bolsas de estudo e atividades extracurriculares para os imigrantes.

- **Conscientização:** A educação para a diversidade é fundamental para combater preconceitos e estereótipos. Segundo Gomes (2019), "a educação intercultural também tem como objetivo a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de conviver com a diversidade" (p. 75). O governo pode trabalhar em parceria com as escolas para promover a conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade cultural.

Em síntese, para promover a integração de imigrantes falantes de língua portuguesa no contexto escolar, o governo pode adotar medidas que garantam o acesso igualitário aos recursos educacionais, o suporte emocional e linguístico, a valorização da diversidade cultural e a conscientização sobre a importância da inclusão e da convivência pacífica entre culturas diferentes.

Apesar das poucas respostas foi possível perceber que apesar dos grandes avanços para a integração dos imigrantes que o Governo Português oferece, ainda é preciso melhorar em muitos aspectos, principalmente nas escolas.

O preconceito linguístico é um fenômeno que infelizmente ainda persiste em muitos lugares, inclusive no Brasil. Muitas vezes, ele é baseado em equívocos e falta de conhecimento sobre as diferentes variantes da língua portuguesa. Para combatê-lo, é necessário promover a educação e conscientização sobre as diferenças linguísticas.

Segundo Bagno (2014), o preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra. O autor ressalta que esse preconceito é muitas vezes baseado em ideias errôneas, como a crença de que existe apenas uma forma "correta" de falar a língua.

Valorizar e aceitar as diferentes formas de falar o português é fundamental para combater o preconceito linguístico, como afirma o linguista Marcos Bagno (2013) ao ressaltar que não há superioridade entre as variantes linguísticas. Conscientizar as pessoas sobre as diferenças na língua e promover a valorização das variações regionais e sociais é uma ação importante para construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa da diversidade cultural e linguística presente no país.

Os manuais escolares podem abordar as variações da língua portuguesa de várias formas, como contextualizando a variação, valorizando as variedades regionais, promovendo

a reflexão sobre preconceitos linguísticos, explorando a influência de outras línguas na língua portuguesa e oferecendo atividades práticas para os alunos exercitarem sua compreensão e uso das diferentes variações da língua. É importante que os alunos compreendam que a língua é um fenômeno social e que, por isso, ela varia de acordo com diversos fatores, mas todas as variedades da língua são igualmente válidas e merecem ser respeitadas.

Sobre as questões que se iniciaram neste trabalho, pode-se concluir que apesar de os avanços sobre os programas de educação intercultural/multicultural, formações oferecidas pelo governo, campanhas e outros, ainda tem um longo caminho a ser percorrido nas escolas e nos manuais escolares utilizados em específico no ensino da Língua Portuguesa.

Ter alguns textos de autores de Língua Portuguesa e apenas pedir para retirar do texto pontos marcantes sobre as diferenças, sem explicá-las, sem mostrar que também estão corretas, que apesar de ser diferente é a forma como aquele país desenvolveu a Língua que continua viva e sofre influência de outras línguas.

Com relação à integração dos imigrantes falantes de português, especialmente os brasileiros, em Portugal, é fundamental adotar políticas que promovam a inclusão e o bem-estar desses indivíduos na sociedade portuguesa. A integração intercultural e multicultural nas escolas portuguesas é uma forma de fomentar o entendimento e o respeito mútuo entre os alunos de diferentes origens. De acordo com a UNESCO, a integração intercultural pressupõe a incorporação equitativa das pessoas imigrantes na sociedade, sem negligenciar suas identidades culturais.

Com relação ao ensino da língua portuguesa, é importante que os manuais sejam elaborados com uma abordagem que leve em consideração as diferenças culturais e linguísticas entre Portugal e os países de origem dos imigrantes, incluindo o Brasil. O Conselho da Europa destaca a importância do ensino das línguas em promover a diversidade linguística e cultural, valorizando as diferentes formas de se falar uma língua.

O papel do professor de língua portuguesa é primordial para a integração dos alunos brasileiros em Portugal. É necessário que o professor atue como mediador entre as diferenças culturais e linguísticas, valorizando a riqueza da língua portuguesa em suas diversas variantes e encorajando a participação ativa dos alunos em sala de aula. Além disso, é essencial combater o preconceito em relação à variante brasileira do português, promovendo a

valorização da diversidade linguística e cultural como uma riqueza. Segundo o Conselho da Europa, a diversidade linguística e cultural é uma riqueza e deve ser valorizada.

Certamente, a interculturalidade é um elemento crucial no contexto educacional contemporâneo. Refletindo sobre minha abordagem anterior nos manuais e textos presente nos mesmos, percebo que eu deveria ter levado em consideração a existência desse aspecto em todos eles. No entanto, na minha pesquisa anterior, minha atenção estava totalmente voltada para a variante brasileira da Língua Portuguesa, o que acabou restringindo meu foco. Isso resultou em uma análise parcial e incompleta sobre a presença da interculturalidade nos manuais e nas escolas.

Devido a essa limitação, não posso chegar a uma conclusão definitiva sobre a presença ou ausência da interculturalidade nesses contextos. No entanto, é animador observar que o governo tem demonstrado um compromisso crescente com a inclusão e integração dos estudantes estrangeiros em Portugal. Isso indica que a interculturalidade está se tornando cada vez mais relevante no sistema educacional do país.

A inclusão de estudantes estrangeiros e a promoção da interculturalidade nas escolas não apenas enriquecem a experiência educacional desses alunos, mas também contribuem para uma sociedade mais diversa e inclusiva em geral. Portanto, é fundamental continuar acompanhando de perto os esforços do governo e das escolas nesse sentido, buscando entender como a interculturalidade está sendo incorporada de forma eficaz no currículo e na prática educacional. Isso nos permitirá avaliar com maior precisão a presença e o impacto desse conceito nos manuais e nas escolas em Portugal.

Por fim, para garantir uma integração efetiva e respeitosa dos imigrantes falantes de português em Portugal, é necessário promover políticas inclusivas e acolhedoras, a educação e o ensino intercultural e multicultural nas escolas portuguesas, a elaboração de manuais de língua portuguesa que considerem as diferenças entre as variantes do português, o papel ativo do professor de língua portuguesa na integração dos alunos brasileiros e o combate ao preconceito em relação à variante brasileira do português. Assim, poderemos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora para todos.

A inclusão da interculturalidade nos manuais de língua portuguesa do 3º ciclo do ensino básico em Portugal é uma realidade em expansão que pode ser potencializada pelos profissionais da área de Intervenção Psicossocial com Crianças e Família. Esta abordagem

contribui para uma educação mais ampla e completa, promovendo o respeito pela diversidade cultural, incentivando o diálogo intercultural e a compreensão mútua.

No entanto, ainda existem limites na forma como a interculturalidade é abordada nos manuais, havendo casos em que a abordagem é superficial, estereotipada ou pouco crítica. É essencial que os profissionais da área de Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias estejam atentos a estas questões e trabalhem para promover uma educação intercultural mais significativa e crítica.

Para atingir este objetivo, é importante que a interculturalidade seja construída em todas as disciplinas e atividades escolares, não apenas nos manuais de língua portuguesa. O trabalho conjunto e coordenado entre professores, diretores de escola e profissionais da área de Intervenção Psicossocial com Crianças e Família é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que valorize a diversidade cultural e promova o respeito mútuo.

Além disso, os profissionais da área de Intervenção Psicossocial com Crianças e Família devem estar atentos a outras questões relevantes para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, como a Prevenção de Risco e Otimização da Convivência na Escola, os Direitos das Crianças e as Políticas Públicas para a Infância. Estas questões são fundamentais para a promoção de uma educação intercultural mais efetiva e transformadora, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

11.Referências Bibliográficas

Aaker, D. A., Kumar, V., & Day, G. S. (2001). *Pesquisa de marketing*. Atlas.

Abdallah-Pretceille, M., & Pocher, R. (2001). Intercultural education as an approach to citizenship. *Journal of Intercultural Studies*, 22(1), 5-22. doi: 10.1080/07256860120049725

Abdallah-Pretceille, M., Porcher, L. (1996, 2001). *Éducation et communication interculturelles*. Presses Universitaires de France.

ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), (2007). *Plano para a Integração de Imigrantes*. Novas Oportunidades.

Aguado, M. (2000). *Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa*. Porto Editora.

Alto Comissariado para as Migrações (2022). *Políticas de integração de imigrantes em Portugal*. Recuperado em 14 de abril de 2023, de https://www.acm.gov.pt/documents/20126/69095/folheto_politicas_integracao.pdf/57982e7f-b67e-06a9-87a8-dbf94c17d96b

Alto Comissariado para as Migrações (2022). *Rede de Apoio à Integração de Migrantes*. Recuperado em 14 de abril de 2023, de https://www.acm.gov.pt/documents/20126/116960/Folheto_RAIM_versao+final.pdf/413c69aa-12d4-4cf4-89af-bc1bb9d685f3

Alto Comissariado para as Migrações. (n.d.). *Homepage*. <https://www.acm.gov.pt/>

Alves, G. (2006). *A construção de uma escola Inclusiva*. Recuperado em julho de 2022, de <http://www.profala.com/arteducesp103html>.

Alves, M. T. G. (2006). Educação Inclusiva: Uma questão de direitos humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(3), 357-376.

Arendt, H. (1958). *Condition de l'homme moderne*. Calmann-Lévy.

Arendt, H. (1958). *The Human Condition*. University of Chicago Press.

Bagno, M. (2013). *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. 57ª ed. Loyola.

Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.

Banks, J. A. (2001). *Cultural diversity and education: Foundations, curriculum, and teaching* (4th ed.). Routledge.

Banks, J. A. (2015). Diversity, Group Identity, and Citizenship Education in a Global Age. *Educational Researcher*, 44(14), 751–759.

Banks, J. A. (2015). Multicultural education: Historical development, dimensions, and practice. In J. A. Banks & C. A. McGee Banks (Eds.), *Handbook of research on multicultural education* (pp. 3-29). Jossey-Bass.

Banks, J. A., & Banks, C. A. M. (1995). *Handbook of research on multicultural education*. Macmillan.

Banks, J. A., & Banks, C. A. M. (1995). *Multicultural education: Issues and perspectives* (3rd ed.). Boston: Allyn and Bacon.

Barbosa, A. (1996). O multiculturalismo e a interculturalidade no contexto educativo português. In J. Barroso, J. Machado, & J. Ferreira (Orgs.), *Diferença, identidade e educação: Diversidade cultural e currículo* (pp. 19-32). Porto Editora.

Barbosa, J. (1996). Currículos para a Diversidade Cultural. Do Debate Cultural à Prática, in *Revista Inovação*, nº 9, pp.21-34.

Barreto, A. (2005). Mudança Social em Portugal, 1960 - 2000. In A. Costa Pinto (Eds.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 137-162). Publicações Dom Quixote.

Barreto, R. (2005). Immigration and the Integration of Portuguese Society. In P. G. D. Teixeira, & M. A. Ferreira (Eds.), *Postcolonial perspectives on global citizenship education* (pp. 25-36). SensePublishers.

Barros, A. (2019). A inclusão das diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares: um caminho para a valorização da diversidade cultural. *Revista de Estudos Linguísticos*, 5(2), 22-35.

Blanc-Noel, J. (2009). Multiculturalismo, interculturalismo, transculturalismo: Quais implicações para a Educação? *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 243-259. <https://www.scielo.br/j/cp/a/vxFh6xssTzcjXwNKqKWtTvG/?lang=pt>

Blanc-Noel, J. (2009). O multiculturalismo sueco em questão: políticas, ideologias e práticas em matéria de imigração. In A. S. Guerra, S. L. Pereira & C. A. V. Ferreira (Orgs.), *Migrações, comunicação e interculturalidade* (pp. 97-124). Livros Labcom.

Blanc-Noel, L. (2009). Multiculturalism in Sweden: From Exceptionalism to Normalisation. In: A. Triandafyllidou, & T. Modood (Eds.), *European Multiculturalisms: Cultural, Religious and Ethnic Challenges*. Edinburgh University Press.

Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Cardoso, L. H. (2015). *Português do Brasil, português de Portugal: unidade e diversidade na língua*. Pontes Editores.

Carmo, C. H. (2013). *Metodologia de pesquisa em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento de jovens pesquisadores*. Editora Vozes.

Castro, A., Lázaro, M., Santos, N., & Cabral, M. (1999). *Manuais escolares: conceção, utilização e avaliação*. Porto Editora.

Castro, J. M. (2007). Os manuais escolares em Portugal. In A. L. Santos (Ed.), *A escola tem futuro: temas de educação* (pp. 93-109). Edições Asa.

Castro, M. A. F., et al. (1999). O manual escolar e a diversidade cultural: estratégias de intervenção. *Revista da Faculdade de Educação*, 12, 39-53.

Castro, V., Fonseca, V. & Correia, P. (1999). *Manuais Escolares: Uma Análise Crítica*. Asa Editores.

Cezário, M. M. S., & Votre, S. J. (2008). Educação linguística: implicações para a prática pedagógica. *Revista FSA*, Teresina, 5(1), 147-156.

Chauí, M. (2006). *Convite à filosofia*. Editora Ática.

Clanet, C. (1993). *L'éducation interculturelle: Essai sur le contenu de la formations*. PUF.

Cochito, M.I.G.S. (2004). *Cooperação e aprendizagem*. Acime (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas).

Cochito, A. (2004). *Diversidade cultural: entre o universalismo e o particularismo*. Ação Educativa.

Cochito, M. G. (2004). Interculturalidade: Uma reflexão sobre as suas implicações para a educação. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(1), 7-23.

Coelho, R. (2013). Língua, cultura e sociedade. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, 6, 27-34. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/eptic/article/view/1857/1486>

Comissão Europeia e OCDE. (2003). *Indicadores de integração dos migrantes: marco conceptual, medidas e resultados*. Recuperado em 14 de abril de 2023, de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/european_migration_network/reports/docs/emn-studies/indicators_of_migrant_integration_2003_en.pdf

Conselho da Europa. (2012). *Competências-chave para uma aprendizagem ao longo da vida: Um contributo para o desenvolvimento de uma estratégia integrada europeia*. Recuperado de https://www.cedefop.europa.eu/files/5553_en.pdf

Conselho da Europa. (2012). Intercultural competence for all. Preparation for living in a heterogeneous world. *Série Pestalozzi du Conseil de L'Europe n° 2*, coord. Josef Huber. Éditions du Conseil de l'Europe.

Corredoira, L. (2007). A língua como um local de encontro e organização de conhecimentos. *Revista Educação e Linguagens*, 4(7), 405-418.

Costa, A. (2002). Imigração e inserção socioprofissional: os casos de africanos e ucranianos em Portugal. *Análise social*, 37(165), 101-128.

Costa, A. F. (2002). A presença brasileira em Portugal: A nova imigração. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 99-122.

Costa, J. T. (2002). *Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Universidade Aberta.

Costa, L. (2015). *Migrações em Portugal: abordagens teóricas e metodológicas*. Imprensa de Ciências Sociais.

Costa, P.M. (2015). O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português. *Política & Sociedade*, 14(30), 56-71.

Cunha, C. (1986). *Nova gramática do português contemporâneo*. Nova Fronteira.

D'Ambrosio, B & Sordi, M. R (orgs.). (2017) *Educação Multicultural e inclusiva: diálogos possíveis*. Mercado das Letras.

Darling-Hammond, L. (2017). *Aprendendo a ensinar: estratégias para ajudar todos os alunos a terem sucesso*. Artmed Editora.

Darling-Hammond, L. (2017). Teacher education around the world: What can we learn from international practice? *European Journal of Teacher Education*, 40(3), 291-309.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 129.

Despacho n.º 5908/2017. (2017, 5 de julho). *Diário da República*, 2ª série, nº 128. Recuperado em 14 de abril de 2023, de <https://dre.pt/home/-/dre/107920549/details/maximized>

DGE (2020c). Cidadania e Desenvolvimento: *Documento Orientador*. *Direção-Geral da Educação, Ministério da Educação*. Recuperado em 14 de abril de 2023 de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Cidadania_e_Developmento_-_Documento_Orientador.pdf

DGE. (s.d.). *Educação intercultural*. Direção Geral da Educação. Recuperado em 14 de abril de 2023, de <https://www.dge.mec.pt/educacao-intercultural>.

Diário de Notícias. (2021, 21 de Novembro). *O português que os brasileiros falam “está errado” ou é apenas uma variante?* <https://www.dn.pt/sociedade/o-portugues-que-os-brasileiros-falam-esta-errado-ou-e-apenas-uma-variante-14367929.html>

Díaz-Aguado, M. J. (2000). *Aprender a convivir: la educación para la ciudadanía como objetivo educativo*. Narcea Ediciones.

Díaz-Aguado, M. J. (2000). *Intervención psicosocial en contextos educativos*. Pearson Educación.

Direção-Geral de Educação. (s.d.). *Adoção de manuais escolares*. Recuperado April 14, 2023, from <https://www.dge.mec.pt/adocao-de-manuais-escolares>

Documentos de Aprendizagem Essenciais. (2020). *Ensino de Língua Portuguesa - 3.º Ciclo*. Ministério da Educação.

Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. Editora UNESP.

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. (2017). *Diário da República, 2ª série*, nº 61. Recuperado em 14 de abril de 2023, de <https://dre.pt/home/-/dre/105547665/details/maximized>

Entzinger, H., & Biezeveld, R. (2003). Societal responses to immigration: from labeling to integration. *Journal of International Migration and Integration*, 4(4), 425-446.

Entzinger, Han & Biezeveld Renske. (2003). *Benchmarking in Immigrant Integration*. European Research Centre on Migration and Ethnic Relations (ERCOMER).

Ethnologue. (2021). *Portuguese*. <https://www.ethnologue.com/language/por>

Eurostat. (2011). *Migration and migrant population statistics*. European Union. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration and migrant population statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics).

Eurydice. (2019). *Intercultural education in Europe*. European Commission. Recuperado em 14 de abril de 2023 de https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/intercultural-education-europe-2019_en

Farinha, C. (2007). O manual escolar como recurso didático: uma análise. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 41, 1-10.

Farmhouse, R. (2000). "Seminário sobre O Papel do Governo na Promoção da Integração dos Imigrantes". Recuperado de <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4fbe7c99a1b0d/modelo-de-integracao-portugues-apresentado-em-washington>

Farmhouse, R. (2012). *Modelos de integração: algumas reflexões*. Recuperado em 14 de abril de 2023, de <https://www.acm.gov.pt/-/modelos-de-integracao-algumas-reflexoes>

García, O., & Wei, L. (2014). *Translanguaging: Language, bilingualism and education*. Palgrave Macmillan.

Gil, I. (2008). "Percurso da Interculturalidade: Desafios à Identidade." In *Capítulo II - As interculturalidades da multiculturalidade*, V.IV.p30-48.

Gil, J. (2008). Interculturalidade: um conceito-chave para a educação do século XXI. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 17, n. 30, p. 37-49.

Gnerre, M. (1998). *Linguística e ensino de línguas*. Parábola Editorial.

Gomes, A. (2018). *A importância da diversidade linguística na sala de aula*. Universia Brasil. Recuperado from <https://noticias.universia.com.br/educacao/noticia/2018/08/22/1163519/importancia-diversidade-linguistica-sala-aula.html>

Gomes, M. A. (2018). A língua portuguesa e suas variantes: uma questão de identidade e diversidade. *Cadernos de Letras da UFF*, 28(56), 29-40.

Gomes, M. A. (2019). A educação intercultural e a diversidade linguística: desafios e perspectivas. *Revista Eletrônica de Educação*, 13(1), 73-85.

Gomez, C. M. (2004). *Antropologia da Educação*. Autêntica Editora.

Gomez, M. A. (2004). *Cultura y educación: Aportes para repensar la multiculturalidad*. CLACSO.

Governo de Portugal (2018). *Plano para a Integração dos Imigrantes 2018-2020*. Recuperado em 14 de abril de 2023, de <https://www.acm.gov.pt/documents/20126/220401/Plano+para+a+Integrac%CC%A7a%CC%83o+dos+Imigrantes+2018-2020+--+Versa%CC%83o+Final.pdf/5ff5b5a5-57f1-c19d-90dd-5e9e7dd6a1a6>

Hall, S. (2011). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.

Hortas, M. L. (2013). A integração de jovens imigrantes no sistema educativo português: um olhar a partir da escola e dos alunos. *Revista Lusófona de Educação*, (23), 105-120.

Hortas, Maria (2013). *Educação e imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa (Vol. 50): Observatório da Imigração*, ACIDI, IP.

Huddleston, T., Niessen, J., & Tjaden, J. D. (2013). The national statistics definition of immigration and immigrant in the UK: Limitations and possibilities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(10), 1627-1645. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.821309>

INE - Instituto Nacional de Estatística (2022). *Censos 2021: Resultados preliminares*.

Instituto Camões. (2021). *O português no mundo*. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-portugues/historia-da-lingua-portuguesa/o-portugues-no-mundo>

Kim M-S, Hubbard, A.S.E. (2007). Intercultural Communication in the Global Village: How to Understand “The Other”, *Journal of Intercultural Communication Research*, 36(3), 223-235. <http://dx.doi.org/10.1080/17475750701737165>

Kim, Y. Y., & Hubbard, P. (2007). *The Oxford Handbook of Urban Geography*. Oxford University Press.

Kim, Y. Y., & Hubbard, R. (2007). *Language and Intercultural Communication in the Workplace: Critical Approaches to Theory and Practice*. Routledge.

Lages, V. L., & Matos, O. (2008). O desafio da interculturalidade na escola. *Revista FSA*, 5(1), 30-36.

Leiria, L., Queiroga, F., & Soares, A. P. (2005). *A escola portuguesa: Uma abordagem à diversidade cultural*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Lemos, M. (2017). *Integração de imigrantes e educação escolar em Portugal. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(95), 297-317.

Lima, C. K. (2013). Análise de Conteúdo: Uma revisão bibliográfica. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 67-82.

Luft, C. (2000). *Reflexões sobre o ensino de língua materna*. Editora da Universidade.

Luís Souta (1997). *Interculturalidade e Formação de Professores*. Porto Editora.

Malheiros, J. (2011). Imigração, interculturalidade e educação: novos desafios. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, XXI, 19-34.

Malheiros, Jorge Macaísta (2011). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade: Manual para Técnicas/os*. ACIDI I .P, Fábrica das Letras.

Mantoan, M. T. (2005). *Inclusão Escolar. O que é? Como fazer?*. Moderna.

- Marques, C., & Neves, A. P. (2022). *A Par e Passo - Português 8.º Ano*. Editora Asa.
- Marques, J. C. (2003). *Multiculturalismo, Cidadania e Identidade*. Afrontamento.
- Marques, J. C. G. (2003). *Multiculturalismo e educação: questões políticas e pedagógicas*. Editora Cortez.
- Marques, J. C., Gomes, I., Carvalho, J., Fonseca, M. L., & Tavares, I. (2007). Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal: Uma política em desenvolvimento. *Revista Migrações*, (1), 189-209.
- Marques, J. M., Câmara, R. M., & Galvão, A. M. (2007). Migrações, políticas públicas e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 195-212.
- Marques, J. M., Ribeiro, J. L., & Marques, C. R. (2007). Portugal: Um país de imigração - Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes. *Cadernos de Ciências Sociais*, (18), 195-204.
- Marques, J. M., Simões, J. A., & Ferreira, V. A. (2007). O papel do Estado na integração de imigrantes em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (78), 87-106.
- Marques, M. R. (2003). Políticas de gestão e da diversidade étnico-cultural: Da retórica à práxis. In J. F. Resende Jr., & M. M. Silva (Orgs.), *Gestão da diversidade na empresa* (pp. 35-49). Editora FGV.
- Marques, R., Goracci, M. & Buchanan, C. (2007). *Acolhimento e Integração dos Imigrants em Portugal*. Organização Internacional para as Migrações.
- Matheus, C. (2001). *Introdução à sociolinguística*. Editora Vozes.
- Matheus, L. R. (2001). Identidade linguística e cultural. *Revista da Associação Brasileira de Lingüística*, 1(1), 50-63.
- Melo, A. (2002). *Globalização cultural*. Quimera Editores.
- Melo, J. C. (2002). Migrações, culturas e comunicação. *Matrizes*, 6(2), 35-50.
- Ministério da Educação (2018). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* [PDF]. Recuperado em 14 de abril de 2023, de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Estrategia_Nacional_Educacao_Cidadania.pdf
- Ministério da Educação de Portugal. (1990). Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de novembro. *Define o regime de adopção, distribuição e venda dos manuais escolares e define os princípios a que deve obedecer a sua elaboração e revisão*. Diário da República, 1ª Série, nº 274.
- Ministério da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Alto Comissariado Para As Migrações (ACM). (n.d.). *Programas de formação em Educação Intercultural*. Retrieved April

14, 2023, from <https://www.acm.gov.pt/-/programas-de-formacao-em-educacao-intercultural>

Ministério da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Alto Comissariado Para As Migrações (ACM). (n.d.). *Programas de formação em Educação Intercultural*. Recuperado April 14, 2023, de <https://www.acm.gov.pt/-/programas-de-formacao-em-educacao-intercultural>

Ministério da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (n.d.). *Educação para a Cidadania: Currículo*. Recuperado April 14, 2023, from <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-curriculo>

Ministério da Educação e Ciência. (2018). Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 3 de dezembro. *Diário da República*, 2.ª série, n.

Ministério da Educação, Portugal. (1990). Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de novembro: Regulamenta a elaboração e distribuição dos manuais escolares. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 274. Recuperado de <https://dre.pt/home/-/dre/303834/details/maximized>

Ministério da Educação. (2018). Despacho Normativo n.º 10-A/2018 de 19 de junho. *Diário da República Eletrónico*.

Morgado, M. (2004). Manual escolar e inovação pedagógica. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(1), 65-83.

Morgado, M. (2004). O manual escolar de língua portuguesa. *Revista Lusófona de Educação*, 4, 59-72.

Muniz, J. C. (2003). Migrações Internacionais, Desenvolvimento e Políticas Públicas: A Visão dos Países da OCDE. *Cadernos CRH*, 16(39), 25-36.

Neves, M. H. M. (1990). *Gramática na escola*. Contexto.

Norte, C., Mortágua, J.M., Rosa, V.M., Silva, D.P., & Santos, V. (2004). *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações – o caso Português*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Norte, N., Machado, F., & Peixoto, J. (2004). *A integração dos imigrantes em Portugal: Estratégias e representações*. Observatório das Migrações, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Norte, P., Barros, R., & Simões, M. R. (2004). Educação de Imigrantes em Portugal: Um Estado da Arte. *Análise Social*, 39(173), 909-932.

Nussbaum, M. C. (2010). Uma crise planetária da educação. *Courrier Internacional*, ed. Portuguesa, nº 175, setembro.

Nussbaum, M. C. (2016). *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades*. WMF Martins Fontes.

Observatório da Educação (2010). *Educação intercultural: desafios e perspectivas*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Observatório da Língua Portuguesa. (s.d.). *Onde se fala português*. <https://observalinguaportuguesa.org/onde-se-fala-portugues/>

OCDE. (2015). *Indicators of immigrant integration 2015: Settling in*. OECD Publishing.

Oliveira, J. M. (2006). Análise de conteúdo temática: uma proposta de síntese. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(51), 35-46.

Ollivier, C. (2019). *Variedades do português no mundo: A língua como patrimônio*. Parábola Editorial.

Paiva, A. M., Almeida, G. B., Jorge, N., & Junqueira, S. G. (2022). *(Para)Textos - Português 9.º Ano*. Porto Editora.

Papademetriou, D. G. (2008). Migration and development: Future directions for research and policy. In R. Black, R. Skeldon, & S. Tyldum (Eds.), *Critical perspectives on migration in the twenty-first century* (p. 25-41). Routledge.

Pardal, P. & Lopes, J. (2011). *A pesquisa em Ciências Sociais*. Edições Sílabo.

Pedro, J. M., Ferreira, A. I., Ribeiro, A. P., & Castro, V. (2007). Preconceito e discriminação em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 25(1), 91-101.

Pedro, J., Perista, H., Ferreira, M. L., & Gomes, R. (2007). *Migrações e Minorias Étnicas em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Peixoto, J. (2004). Teorias sociológicas da migração. *Análise Social*, 39(170), 719-740.

Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*. XLII (183), 445-469.

Peixoto, J. (2007). The New Wave of Immigration to Portugal. *European Journal of Migration and Law*, 9(2), 183-204.

Pereira, C. (2021). *A inclusão das diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares: impactos na formação linguística e cidadã dos estudantes*. Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada. Universidade de Lisboa.

Pereira, L. F. (2021). A inclusão das diferentes variantes da língua portuguesa nos manuais escolares. In F. M. Neto & M. J. Correia (Eds.), *Ensino e aprendizagem de línguas em contextos multilingues* (p. 87-102). Edições Pedagogo.

Peres, A. (1999). *Educação intercultural: Utopia ou Realidade?* Profedições, Porto.

Peres, F. J. S. (1999). A escola multi/intercultural: Implicações na formação de professores. *Revista Diálogo Educacional*, 1(1), 115-126.

Pessoa, F. (2001). *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras.

Pires, R. (2003). *Imigração e Mercado de Trabalho: O Caso Português*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Celta Editora.

Pires, R. R. (2003). As várias dimensões da migração: Contribuições para uma reflexão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, 53-79.

Plano Nacional de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2020). *Governo de Portugal*.

Portugal. Despacho Normativo n.º 63/91 de 13 de março. *Criação do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural*. Diário da República, 1ª série, nº 59, de 13 de março de 1991.

Possenti, S. (1996). *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Mercado de Letras.

Prosser, C. A., & Allen, C. K. (1925). *A textbook of educational psychology*. Macmillan.

Prosser, C. A., & Allen, M. P. (1925). The school and the immigrant. *The Journal of Educational Research*, 12(6), 422-433.

Prosser, Ch. A., & Allen, Ch. R. (1925). *Vocational Education in a democracy*. Century.

Rede de Bibliotecas Escolares. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Ministério da Educação e Ciência, Portugal.

Rego, L., Almeida, A., & Carvalho, L. (2010). Manual escolar: papel e importância na atualidade. *Revista Lusófona de Educação*, 16, 67-84.

Regout, G. (2003). *A educação intercultural na formação de professores: Fundamentos, experiências e propostas*. Cortez Editora.

Regout, M. (2003). *Migration and integration policies in Europe: a comparative perspective*. Office for Official Publications of the European Communities.

Regout, M. (2011). L'intégration des immigrés dans les pays de l'Union européenne: État des lieux et perspectives. In C. Audebert & A. Balogh (Eds.), *Les migrations internationales: enjeux contemporains et questions nouvelles* (pp. 75-88). Éditions L'Harmattan.

Regout, Sybille. (2011). *The integration of immigrant communities in France, the United Kingdom and the Netherlands: National models in a European context*. Working Papers.

Róman, M. (2003). O conceito de cultura na teoria antropológica. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 61-79.

Sá-Chaves, I. (2010). *Educação para a cidadania; Conceitos, práticas e representações*. Almedina.

Sardinha, T. B., & Machado, I. L. (2013). *Educação intercultural: Desafios e possibilidades*. Editora Contexto.

Sardinha, T., & Machado, M. R. (2013). Intersecções entre educação e cultura no Brasil. *Cena Educacional*, 1(1), 15-28.

Sedano, M.A. (2000). *Hacia una Educación Intercultural: Enfoques y Modelos*. Universidad Complutense de Madrid.

Silva, A. J., & Sá-Chaves, I. (2010). A educação para a cidadania: Dimensões e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 22-35.

Silva, C. M. (2008). Identidade cultural e educação para a diversidade. In G. Garcia (Ed.), *Diversidade cultural e educação* (p. 113-132). Porto Editora.

Silva, M. G., & Sousa, J. (2019). Desafios da integração escolar de alunos imigrantes: O papel da Educação Intercultural. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(2), 171-189. <https://doi.org/10.21814/rpe.15791>

Silva, M. M. C., & Sá-Chaves, I. (2010). Currículo e interculturalidade: percursos e desafios. In M. M. C. Silva, I. Sá-Chaves, & J. J. Dias (Eds.), *Currículo, interculturalidade e práticas pedagógicas* (p. 21-33). Universidade de Aveiro.

Sim Sim, I. (2017). A educação linguística em Portugal e a diversidade linguística. *Revista Educação & Realidade*, 42(3), 935-953.

Sim Sim, I. (2017). Língua e Cultura Portuguesas para Falantes de Português Língua Estrangeira: Breve Reflexão em Torno do Ensino da Língua e Cultura Portuguesas. In *Anais do*

1º Encontro de Professores de Português Língua Estrangeira no Espírito Santo (p. 1-10). Editora Milfontes.

Sousa Santos, B. (1997). *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento.

Souta, L. (1997). *Multiculturalidade e Educação*. Profedições. Porto.

Taylor, E. B. (1871). *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*. John Murray.

Travaglia, L. C. (2000). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. Cortez Editora.

Travaglia, L. C., Araújo, A. F., & Alvim Pinto, S. A. (1986). *Ensino de português: Descrição e uso de gramáticas*. Unesp.

Trigueros, A. R., Leite, Y. A., & Caldas, R. S. (1999). O ensino da língua portuguesa e a construção da cidadania. *Cadernos de Pesquisa*, 33(117), 23-34.

UN News. (2022, April 4). *Nações Unidas querem que a interculturalidade seja princípio fundamental do desenvolvimento sustentável*.

Unesco. (2013). *Políticas de educação inclusiva: práticas e perspectivas*.

UNESCO. (s.d.). *Interculturalidade*. Recuperado April 14, 2023, from <https://pt.unesco.org/themes/interculturalidade>

Veiga-Neto, A. (2003). Educação e cultura: reflexões preliminares. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 5-17.

Verbunt, G. (2011). *Interculturalidade e educação: desafios pedagógicos e perspectivas para a formação de professores*. Cortez Editora.

Verbunt, G. (2011). *Manuel d'initiation à l'interculturel*. Chronique Sociale.

Verbunt, G. (2011). Os novos desafios da interculturalidade: Aprender a conviver com a diferença. *Revista Brasileira de Educação*, 16(46), 99-113.

VIEIRA, J. C. (2011). *Educação, Interculturalidade e Formação de Professores*. Editora Centro Atlântico.

Vieira, J. M. (2011). *Imigração e Integração: Estudo da Comunidade Ucraniana em Portugal*. Universidade Nova de Lisboa.

Walsh, C. (2001). Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: notas sobre un programa de investigación. *Tabula Rasa*, (1), 131-152.

Walsh, C. (2001). Interculturalidad y (de) colonialidad: Notas para una pedagogía intercultural. In M. Rivera & L. Gómez (Eds.), *Educación y ciencias sociales* (p. 17-40). Abya-Yala.

Walsh, C. (2001). *La interculturalidad en la Educación*. DINEBI.

Zembylas, M., & Lasonos, A. (2010). Citizenship education and the challenge of diversity in a global era. *Journal of Curriculum Studies*, 42(2), 149-172.

Zembylas, M., & Lasonos, A. (2010). Social justice and transformative pedagogies: Exploring the theoretical frameworks of critical social justice in education. *International Journal of Educational Research*, 49(1-2), 17-25.

Zembylas, M., & Lasonos, I. (2010). Intercultural Education and the role of teachers: A philosophical approach. *Journal of Philosophy of Education*, 44(2-3), 247-261.

Apêndice 1

Questionário aplicado aos professores

1-É professor (a) de qual ano?

2-Qual o manual utilizado esse ano?

3-Sabe quais os critérios que estiveram na base dessa escolha?

4- Quem escolheu o Manual a ser usado?

5-Tem alunos de outras nacionalidades?

6-Quantos alunos brasileiros têm na sua sala?

7-Acha que o manual aborda a questão intercultural, especificamente, as variedades da Língua Portuguesa, em particular a variante Brasileira?

8-Conhece as políticas portuguesas a nível da interculturalidade? Acha que as políticas de interculturalidade são bem implementadas nas escolas portuguesas? Porquê?

9-O governo oferece algum tipo de formação sobre a interculturalidade?

10-Na sua formação inicial ou contínua realizou formação para a interculturalidade?

11-Como gere a questão das diferentes variantes da Língua Portuguesa, principalmente a brasileira?

12-Quais os benefícios e prejuízos de as crianças portuguesas lidarem usualmente com a variante brasileira da língua portuguesa?

13-Acha que a variante brasileira acaba por atrapalhar os alunos portugueses?

Anexos 1

PRE-LEITURA

1. Observa a fotografia que te apresentamos ao lado.
 - 1.1. Relaciona-a com a legenda.



Patrícia Faria, *Escola, amor e segurança*, 2010

A FLOR E A ESCOLA

A escola. A flor. A flor. A escola...

Tudo ia muito bem quando Godofredo entrou na minha aula. Pediu licença e foi falar com D. Cecília Paim. Só sei que ele apontou a flor no copo. Depois saiu. Ela olhou para mim com tristeza.

- 5 Quando terminou a aula, me chamou.
 - Quero falar uma coisa com você, Zezé. Espere um pouco.
 - Ficou arrumando a bolsa que não acabava mais. Se via que não estava com vontade nenhuma de me falar e procurava a coragem entre as coisas. Afinal se decidiu.
- 10 - Godofredo me contou uma coisa muito feia de você, Zezé. É verdade?
 - Balancei a cabeça afirmativamente.
 - Da flor? É, sim, senhora.
 - Como é que você faz?
- 15 - Levanto mais cedo e passo no jardim da casa do Serginho. Quando o portão está só encostado, eu entro depressa e roubo uma flor. Mas lá tem tanta que nem faz falta.
 - Sim. Mas isso não é direito. Você não deve fazer mais isso. Isso não é um roubo, mas já é um "furtinho".
- 20 - Não é não, D. Cecília. O mundo não é de Deus? Tudo que tem no mundo não é de Deus? Então as flores são de Deus também...
 - Ela ficou espantada com a minha lógica.
 - Só assim que eu podia, professora. Lá em casa não tem jardim. Flor custa dinheiro... E eu não queria que a mesa da senhora ficasse sempre de
- 25 copo vazio.
 - Ela engoliu em seco.
 - De vez em quando a senhora não me dá dinheiro para comprar um sonho¹ recheado, não dá?...
 - Poderia lhe dar todos os dias. Mas você some²...
- 30 - Eu não podia aceitar todos os dias...
 - Por quê?
 - Porque tem outros meninos pobres que também não trazem merenda.
 - Ela tirou o lenço da bolsa e passou disfarçadamente nos olhos.
 - A senhora não vê a Corujinha?

35 – Quem é a Corujinha?

– Aquela pretinha do meu tamanho que a mãe enrola o cabelo dela em coquinhos e amarra com cordão,

– Sei. A Dorotília.

40 – É, sim, senhora. A Dorotília é mais pobre do que eu. E as outras meninas não gostam de brincar com ela porque é pretinha e pobre de mais. Então ela fica no canto sempre. Eu divido o sonho que a senhora me dá, com ela.

Dessa vez ela ficou com o lenço parado no nariz muito tempo.

45 – A senhora de vez em quando, em vez de dar para mim, podia dar para ela. A mãe dela lava roupa e tem onze filhos. Todos pequenos ainda. Dindinha, minha avó, todo sábado dá um pouco de feijão e de arroz para ajudar eles. E eu divido o meu sonho porque Mamãe ensinou que a gente deve dividir a pobreza da gente com quem é ainda mais pobre.

As lágrimas estavam descendo.

50 – Eu não queria fazer a senhora chorar. Eu prometo que não roubo mais flores e vou ser cada vez mais um aluno aplicado.

– [...] De agora em diante não quero que você me traga mais flores. Só se você ganhar alguma. Você promete?

– Prometo, sim senhora. E o copo? Vai ficar sempre vazio?

55 – Nunca esse copo vai ficar vazio. Quando eu olhar para ele vou sempre enxergar¹ a flor mais linda do mundo. E vou pensar: quem me deu essa flor foi o meu melhor aluno. Está bem?

Agora ela ria. Soltou minhas mãos e falou com doçura.

– Agora pode ir, coração de ouro...

José Mauro de Vasconcelos, *Meu Pé de Laranja Lima*, 6.ª ed., Dinapress, 2011 (com supressões)

1. bolo fofo de farinha e ovos, frito em azeite e passado depois por calda de açúcar 2. desaparece. 3. ver.



1. O excerto que leste está escrito na variedade brasileira do português, apresentando, por isso, especificidades relativamente à variedade europeia.

✗ 1.1. Preenche o quadro, no teu caderno, com exemplos retirados do texto.

Variedade brasileira do português	Exemplos do texto
Uso frequente do gerúndio	a. ficou arrastando / r
Uso do pronome pessoal antes do verbo	b.
Omissão do determinante artigo definido	c.
Utilização de vocabulário diferente	d.

1.2. As diferenças entre as variedades brasileira e europeia não se restringem à escrita, ocorrendo também na oralidade.

1.2.1. Lê, em voz alta, as seguintes palavras e identifica as características da sua pronúncia.

- "dinheiro" ■ "falar" ■ "nariz" ■ "alguma"
- "amarra" ■ "pode" ■ "afinal" ■ "flor"

- a. Vogais fechadas pronunciadas como abertas *folec, nariz, amarr, afinal*
- b. Pronúncia diferente do /t/ e do /d/ *o*
- c. Pronúncia diferente do /l/ em final de sílaba *afinal*
- d. Omissão ou reforço do /r/ em final de palavra *flor, falar*

✗ 2. A relação entre Zezé e a professora determina a forma como se tratam.

2.1. Completa o texto abaixo, no teu caderno, refletindo sobre a forma como a relação entre os interlocutores condiciona as formas de tratamento.

- "senhora" ■ respeito ■ informal ■ "você" ■ formais
- "coração de ouro" ■ "Dona Cecília" ■ afeto ■ proximidade

Zezé dirige-se à sua professora, tratando-a por **a** ou por **b**. Desta forma, e ao recorrer a formas de tratamento **c**, o menino revela **d** pelo seu interlocutor. Por sua vez, a professora dirige-se a Zezé e trata-o por **e**. No português brasileiro, o uso deste pronome corresponde a uma forma de tratamento **f**, reveladora de alguma **g**, o que, neste caso, é reforçado pelo uso da expressão **h**, com a qual a professora demonstra o **i** que sente pelo menino.

Texto 3

Educação Literária | Leitura

Antes de ler

1. Os amores proibidos ou impossíveis são um tema frequente na literatura. *Romeu e Julieta* é uma das histórias mais conhecidas.

1.1 Visiona o *trailer* e refere o fator que impediu a concretização deste amor.



Romeu e Julieta

aula digital

- Animação: Por que razão deves ler *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*?
- Vídeo: *Romeu e Julieta* (trailer), Carlo Carlei, 2013 (02 min 29 s)

A primavera



Os pais de Sinhá iam ralhando com ela. Mas estavam tão comovidos com o próprio heroísmo – tiveram coragem de afrontar o Gato Malhado para salvar a filha – que não ralharam demasiado. A Andorinha Pai dizia à Andorinha Mãe:

– Nós amamos nossa filha, nós a salvamos.

A Andorinha Mãe respondia:

– Nós somos bons pais, protegemos nossa filha.

E se olhavam, admirando-se mutuamente. Proibiram terminantemente a Andorinha de novamente aproximar-se do inimigo feroz. Se os juramentos da Andorinha jovem não têm nenhum valor, bruscas proibições só fazem aguçar-lhe o interesse e a curiosidade. Não que Sinhá fosse uma dessas andorinhas às quais basta que se diga não faça isso para que imediatamente o façam. Ao contrário, terna e obediente, amava os pais. Era bem-comportada, amável e bondosa. Mas gostava que a convencessem das coisas com boas e justas razões, e ainda ninguém lhe havia provado ser um pecado ou um crime manter relações cordiais com o Gato Malhado. Assim, quando deitou a gentil cabecinha sobre a pétala de rosa que lhe servia de travesseiro, havia decidido continuar a conversa no outro dia:

– Ele é feio mas simpático... – murmurou ao adormecer.





Quanto ao Gato Malhado, também ele pensou na arisca¹ Andorinha Sinhá, naquela primeira noite da primavera, ao repousar a cabeça no travesseiro. 20 Aliás, eis uma coisa que ele não possuía: travesseiro. Além de mau e feio, o Gato Malhado era um pobre de Job²; repousava a cabeça em cima dos braços. Sendo de pouco luxo, não reclamava. Falta sentia de outras coisas: de afeição, de carinho e de salsichas vienenses.

Recolheu-se tarde. Antes, andara pelo parque, ao léu³. Arranhara a casca 25 de troncos de árvores, miara sem motivo evidente, sentira desejo de voltar a vagabundear nos telhados como praticara na distante adolescência. O cheiro bom da terra penetrara-lhe pelas narinas e seus grandes bigodes moveram-se inquietos. Sentira-se muito moço, até teve vontade de correr com os cães. E o teria feito, com certeza, se os cachorros não se houvessem afastado, cheios de receio, quando ele os procurou. Tal fora o seu estado de lassidão⁴ e de indefini-

do desejo que murmurou para si mesmo:
– Creio que estou doente. – Colocou a pata sobre a testa o concluiu: – Estou ardendo em febre...

Quando, ao cair da noite, voltava para sua cama – um velho trapo de veludo 35 – olhou uma flor e nela viu refletidos os rasgados olhos da Andorinha. Febril, foi ao lago beber água e na água também enxergou a Andorinha que sorria. E a reconheceu em cada folha, em cada gota de orvalho, em cada réstia de sol crepuscular, em cada sombra da noite que chegava. Depois a descobriu vestida de prata na lua cheia para a qual miou um miado dolorido. Ia alta a noite quando 40 conseguiu dormir. Sonhou com a Andorinha, era a primeira vez que ele sonhava havia muitos anos.

Devo concluir que o Gato Malhado, de feios olhos pardos, de escura fama de malvado, havia se apaixonado? Agora que ele e Andorinha dormem, que só a Velha Coruja está acordada, permito-me filosofar um pouco. É um direito uni- 45 versalmente reconhecido aos contadores de histórias e devo usá-lo pelo menos para não fugir à regra geral. Desejo dizer que há gente que não acredita em amor à primeira vista. Outros, ao contrário, além de acreditar afirmam que este o único amor verdadeiro. Uns e outros têm razão. É que o amor está no coração das criaturas, adormecido, e um dia qualquer ele desperta, com a chegada da primavera ou mesmo no rigor do inverno. 50

Jorge Amado, *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*, Publicações Dom Quixote, 2020, pp. 53-55

VOCABULÁRIO

¹ *arisca*: bravia, que não corresponde à simpatia com bons modos.

² *um pobre de Job*: muito pobre.

³ *ao léu*: desnudado; sem qualquer preocupação.

⁴ *lassidão*: cansaço, fadiga.

1. Classifica as afirmações como verdadeiras ou falsas, de acordo com o texto. Corrige as falsas, transcrevendo uma expressão textual.
 - a. Os pais da Andorinha Sinhá opuseram-se à relação da filha com uma andorinha feroz.
 - b. A Andorinha não compreendia as razões da família.
 - c. O Gato Malhado adormeceu tarde porque ficou perturbado com a Andorinha.
 - d. O Gato Malhado era incapaz de amar em qualquer situação ou estação do ano.